

Processo: 11021/2018

Relator: Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar

Instrumento de Fiscalização: Levantamento

Atos Originários: Resolução TCE-TO N° 221/2016

Objeto da Fiscalização: Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM

Ato de designação da equipe: Portaria n° 334 de 14 de junho de 2016 alterada pela Portaria n° 170/2017 de 16 de março de 2017.

Período abrangido: Portaria n° 200 de 11 de abril de 2018 - Exercício de 2017

Período de realização: Planejamento: 01/ 03/2018 a 13/03/2018

Execução: 16/04/2018 a 20/06/2018

Composição da Equipe:

Nome	Matrícula	Cargo	Lotação
Severiano José Costandrade de Aguiar	24003-2	Conselheiro Relt1 - Coordenador	RELT1
Moisés Vieira Labre	23.4311	Conselheiro Substituto – Subcoordenador	COREA
Lígia Cássia Rocha Braga	23.8589	Auditora de controle Externo - Supervisora	COAES
Cláudia Elizabeth de Oliveira Vieira	23.5873	Auditora de controle Externo	COAES
Leonardo José de Sales	24.1432	Técnico de controle externo	CODES

DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES FISCALIZADOS

Órgãos e entidades fiscalizados: 139 municípios.

Vinculação no TCE: diversas unidades.

Responsáveis: diversos

## LISTAS DE SIGLAS

CADUN	Cadastro Único do TCE
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEGM	Índice Efetividade Gestão Municipal
INDICON	Rede Nacional de Indicadores
IRB	Instituto Rui Barbosa
MD/QATC	Marco de Medição de Desempenho Qualidade e Agilidade dos tribunais de Contas
META 1 A	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade
META 1 B	Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE
PEE	Plano Estadual de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
SICAP/AP	Sistema Integrado de Auditoria Pública – Atos de Pessoal
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
TC EDUCA	Sistema de Monitoramento dos Planos de Educação
UBS	Unidade Básica de Saúde

## Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	5
2.	VISÃO GERAL.....	6
3.	METODOLOGIA.....	7
3.1	Estrutura do questionário e modelo de avaliação .....	8
4.	RESULTADOS CONSOLIDADOS DO IEGM/2017 .....	10
4.1	Resultado IEGM/2017 .....	11
4.2	Percentual de Municípios classificados em C+ (em fase de adequação) em relação ao Porte .....	12
4.3	Distribuição de Municípios por faixa de resultado do IEGM.....	13
4.4	Comparativo por dimensão nos exercícios 2015-2016-2017 .....	14
5.	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PARA MONITORAR O ATENDIMENTO DAS METAS DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO E SUA COMPATIBILIDADE COM O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO .....	18
5.1	Acompanhamento das metas 1 ,7 e 18 do PNE.....	27
5.1.1	META 1: <i>Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.(2024).</i> .....	27
5.1.1.1	Meta 1-A: <i>Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.</i> .....	27
5.1.1.2	Meta 1 B: <i>Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.(2024).</i> .....	34
5.1.2	META 7 : <i>Fomentar a qualidade da educação básica</i> .....	39

5.1.3	META 18 : <i>Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. ....</i>	47
6.	RESULTADO DO I-EDUC .....	54
6.1	Evasão Escolar .....	55
6.2	Infraestrutura adequada/acessibilidade .....	56
6.3	Transporte Escolar .....	58
6.4	Acesso à Biblioteca e Sala de Leitura.....	58
6.5	Valorização dos Professores .....	60
6.6	Monitoramento e avaliação do PME .....	62
7.	CONCLUSÃO.....	64
8.	PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO.....	66

## **1. INTRODUÇÃO**

A cada dia o cidadão está mais atento aos gastos públicos, exigindo dos órgãos de controle o acesso a informações que lhe permitam avaliar se as ações desenvolvidas pelos gestores públicos estão adequadas aos compromissos assumidos com a sociedade, em vista disso, os serviços públicos precisam estar continuamente se modernizando para acompanhar a evolução das necessidades sociais.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, órgão de controle da gestão e dos recursos públicos, em continua busca pela melhoria nas suas técnicas de fiscalização, implementou o Índice de Efetividade da Gestão Municipal –IEGM que vem se consolidando como uma ferramenta de avaliação da qualidade dos gastos, servindo tanto para os munícipes quanto para Prefeitos e Vereadores, como valioso instrumento de aferição de resultados pela mensuração do desempenho da gestão, bem como para o aperfeiçoamento da atividade fiscalizatória ao indicar os setores que merecem maior atenção. Podem ser utilizados pelos gestores como instrumento de planejamento, execução e controle.

Este relatório apresenta os resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM 2017) e trata com destaque o tema Educação, tendo em vista que o acesso à educação básica ainda é um desafio em nosso Estado. Os dados levantados em 2016 demonstram que ainda cerca de 1020 crianças de 4 a 5 anos fora da pré-escola, embora a primeira meta do Plano Nacional de Educação (PNE) tenha previsto a universalização das matrículas das crianças desta faixa etária até 2016.

## 2. VISÃO GERAL

O índice é apurado anualmente e as informações encaminhadas pelos jurisdicionados são declaratórias e sempre referentes ao exercício anterior ao da pesquisa. Desde 2016 o IEGM é medido pelos Tribunais de Contas com a finalidade de aperfeiçoar as ações governamentais em políticas públicas.

A combinação das análises destes 07 índices temáticos pretende avaliar, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios foram alcançados de forma efetiva e, com isto, oferecer elementos importantes para auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória exercida pelo Controle Externo.

O IEGM permite observar quais são os meios utilizados pelos municípios jurisdicionados no exercício de suas atividades que devem ser disponibilizadas em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço (economia) de modo a entender a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos (eficiência), visando ao alcance dos objetivos específicos fixados no orçamento público (eficácia).

Como indicador de esforço, em seu relacionamento com indicadores de resultado o IEGM e seus respectivos componentes tornam possível mensurar o grau de adequação dos municípios às práticas que possibilitarão o alcance de metas estratégicas como ocorre, na educação, com o i-Educ em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE).

### **3. METODOLOGIA**

Os sete questionários que compõem o Índice de Efetividade da Gestão pública- IEGM, apresentam uma metodologia que mede características particulares da gestão municipal de forma clara e objetiva, permite a quantificação do desempenho dos municípios ao longo do tempo de modo que seja utilizado como insumo para o planejamento da fiscalização e como instrumento de controle.

Mediante os dados enviados pelos jurisdicionados o sistema realiza cálculos matemáticos por meio de algoritmos e rotinas computacionais utilizando os pesos atribuídos a cada quesito para indicar o índice que cada dimensão alcançou.

A apuração e análise realizadas estão baseadas nos dados fornecidos pelos municípios, sendo considerados apenas os que foram respondidos em sua integralidade. A ausência de dados ou incompletude das respostas impossibilitam o cálculo do índice, neste caso, o município é considerado não participante do IEGM.

O acesso aos questionários é disponibilizado mediante certificado digital, tendo um interlocutor por município, cadastrado no rol de responsáveis do Cadastro Único do TCE – CADUN, sendo essa pessoa responsável pelo preenchimento dos referidos questionários.

Após o preenchimento, o gestor municipal tem a oportunidade de conferir os dados informados antes de autorizar o envio dos questionários mediante sua assinatura digital.

O esclarecimento de dúvidas e outras comunicações, foram oportunizadas pelo endereço eletrônico [iegm@tce.to.gov.br](mailto:iegm@tce.to.gov.br), bem como por contato telefônico pelos ramais 3232-5867 e 3232-5862.

As orientações, prazos e situação dos preenchimentos dos questionários pelos gestores municipais, foram disponibilizados no site do TCE.

A classificação geral do município, assim como de cada dimensão, constante deste relatório, reflete as informações encaminhadas pelos jurisdicionados, cuja validação ocorre por amostragem conforme critério adotado pela equipe do IEGM.

### **3.1 Estrutura do questionário e modelo de avaliação**

Composto por 7 (sete) índices num total 235 questões, cada um baseado na respectiva dimensão da gestão pública, tendo a seguinte estrutura:

I-Educ/ - O Índice Municipal da Educação mede o resultado das ações da gestão Pública Municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à educação infantil e Ensino Fundamental I, com foco em aspectos relacionados à infraestrutura escolar. Este índice reúne informações sobre avaliação escolar, Conselho e Plano Municipal de Educação, merenda escolar, qualificação de professores, transporte escolar, quantitativo de vagas, material e uniforme escolares.

I-Saúde/ – O Índice Municipal da Saúde mede o resultado das ações da gestão Pública Municipal neste tema por meio de uma série de quesitos específicos, com ênfase nos processos realizados pelas prefeituras relacionados à Atenção Básica, Equipe Saúde da Família, Conselho Municipal da Saúde, atendimento à população para tratamento de doenças como tuberculose, hanseníase e cobertura das campanhas de vacinação e de orientação à população.

I-Planejamento/ - O Índice Municipal do Planejamento verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis.

Neste confronto, além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

I-Fiscal/ – Este Índice mede o resultado da gestão fiscal por meio da análise de execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela lei de Responsabilidade Fiscal.

I-Amb/ - O Índice Municipal do Meio Ambiente mede o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. Este índice contém informações sobre o resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental e conselho ambiental.

I-Cidade/ – O Índice Municipal de Proteção dos Cidadãos mede o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres. Reúne informações sobre Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público e infraestrutura da Defesa civil.

I-GovTI/ – O Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade. Este índice reúne informações sobre políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

Como o IEGM é um indicador perene, apresentando seus resultados anualmente, nesta amostra seus resultados serão apresentados em faixas, evitando-se assim a exposição de ranking.

Para as prefeituras, órgão de controle, sociedade e demais interessados, os resultados do IEGM serão apresentados em 05 (cinco) faixas de resultado, definidas em função da consolidação das notas obtidas nos 07(sete) índices temáticos.

O enquadramento dos municípios em cada uma dessas faixas obedece aos seguintes critérios do Quadro 1:

Quadro 1: Critérios de enquadramento dos municípios ao IEGM

Conceito	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva (altamente adequada)	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com a nota A
B+	Muito efetiva (muito adequada)	IEGM entre 75% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva (adequada)	IEGM entre 60% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor ou igual a 49,9%

Fonte: Manual IEGM

Com o objetivo de permitir maior controle da efetividade do município, ajustado pelos modelos matemáticos aplicados, e considerando a necessidade de implemento de controles constitucionais e legais no IEGM, ficam observadas as seguintes regras para aplicação das faixas de resultados:

Diminuição de 01(um) grau na nota geral do IEGM/TCETO quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;

Índice Componente – Realocação para faixa de resultado C – Baixo Nível de Adequação quando não observar o contido no artigo 29-A da Constituição Federal.

#### **4. RESULTADOS CONSOLIDADOS DO IEGM/2017**

Os questionários do IEGM – 2017 foram respondidos por 136 municípios dos 139, atingindo o percentual de 98 % dos municípios do Estado. Apenas os municípios de Axixá, Juarina e Ponte Alta do Bom Jesus, não responderam os sete questionários que compõem ao IEGM. Ressalta-se que os referidos municípios são reincidentes pelo não cumprimento de determinação do TCE, visto que em 2016 também foram inadimplentes.

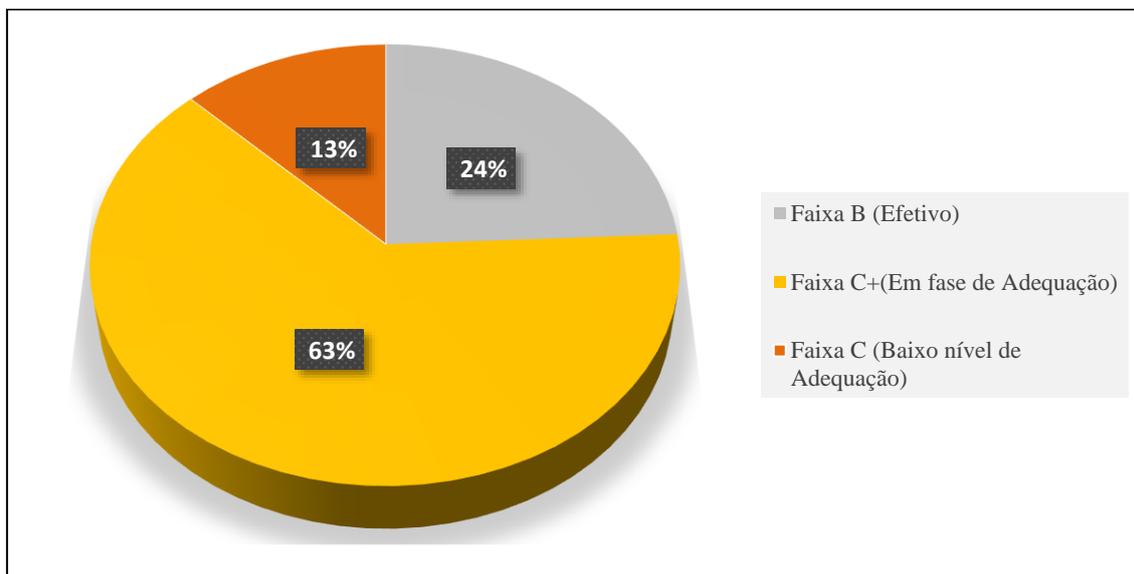
O TCE-TO apresenta pela terceira vez um relatório com o resultado do Índice de efetividade de Gestão Municipal- IEGM e neste Relatório a dimensão Educação terá uma abordagem específica, em cumprimento as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Auditoria e Fiscalização 2018 aprovado pela Resolução nº 152/2018.

As informações a seguir sintetizam os resultados do IEGM 2017 baseados em dados informados ao TCE-TO pelos 136 municípios respondentes.

Apresentaremos também o comportamento dos indicadores de cada dimensão do IEGM ao longo do período em que o IEGM vem sendo acompanhado pelo TCE-TO, de 2015 a 2017.

#### 4.1 Resultado IEGM/2017

Figura 1. Percentual de Municípios por faixa de resultado



Fonte: IEGM/2017

Nenhum município foi classificado nas faixas A (Altamente Efetivo) e Faixa B+ (Muito Efetivo).

Dos 136 municípios respondentes, 63% estão concentrados na faixa C + (Em Fase de Adequação), indicando que a maioria dos gestores municipais não possuem grande parte dos controles necessários ao acompanhamento da sua gestão.

Constata-se que, nos três anos de aplicação do IEGM, coincidentemente, a maioria dos municípios se concentram na faixa C + (Em Fase de Adequação), sinalizando que os gestores ainda não utilizam o resultado do IEGM como instrumento avaliador do grau de aderência de sua gestão às normas existentes, consequentemente, nos três anos, o Estado também se manteve na faixa de classificação C + (Em fase de adequação), conforme demonstrado no quadro 2.

Quadro 2

<b>Resultado do Estado</b>		
2015	2016	2017
C + (Em fase de adequação)	C + (Em fase de adequação)	C + (Em fase de adequação)

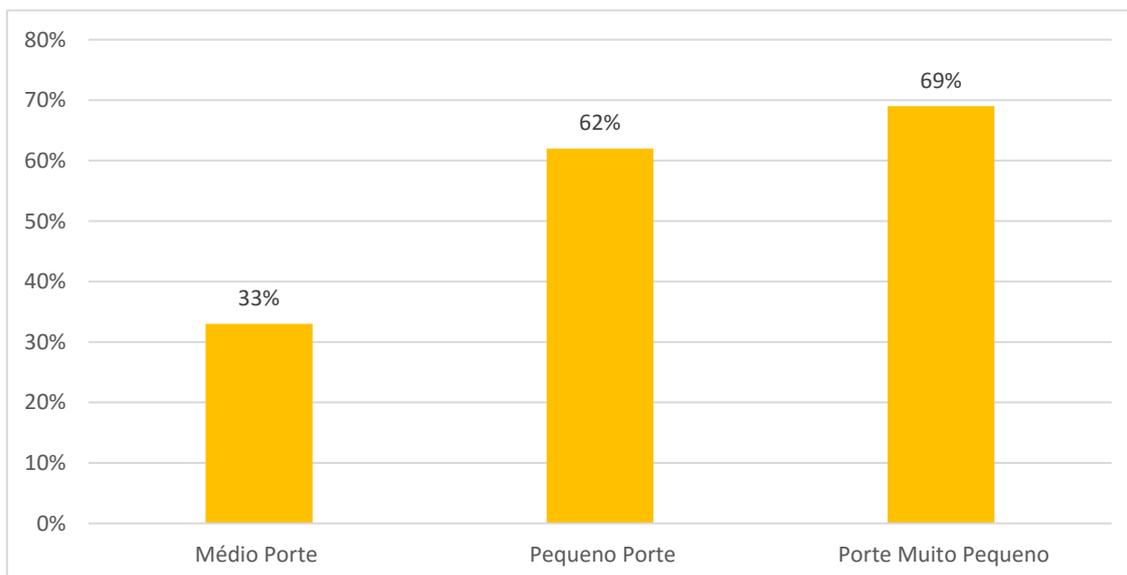
Fonte: Resultados do IEGM 2015,2016,2017

#### 4.2 Percentual de Municípios classificados em C+ (em fase de adequação) em relação ao Porte

A Figura 2 demonstra que 69% dos municípios muito pequenos (até 5.000 habitantes), 62% dos municípios de pequeno porte (entre 5.001 e 20.000 habitantes) e 33% dos de médio porte (entre 20.001 e 200.000 habitantes), estão classificados na faixa C+ (Em Fase de Adequação).

Este resultado sugere que os municípios muito pequenos e de pequeno porte têm mais dificuldade em gerenciar os controles dos procedimentos a serem adotados para um bom desempenho da gestão municipal.

Figura 2 . Percentual de municípios classificados em C+ (em fase de adequação) por porte.

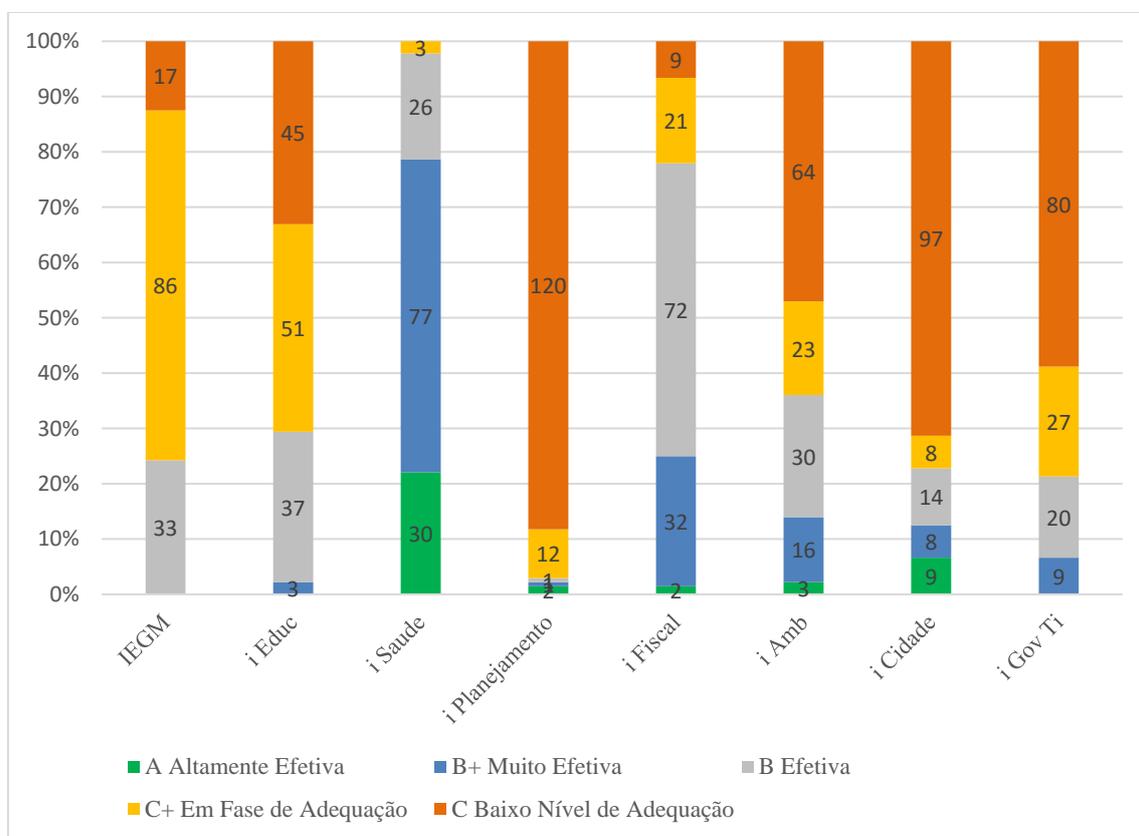


Fonte: IEGM/2017

### 4.3 Distribuição de Municípios por faixa de resultado do IEGM

A figura 3 demonstra o quantitativo de municípios por faixa de resultado em cada dimensão e o total de municípios classificados nas faixas de resultado do IEGM/2017 com base na soma das notas alcançadas em cada dimensão.

Figura 3. Quantitativo de Municípios por faixa de resultado

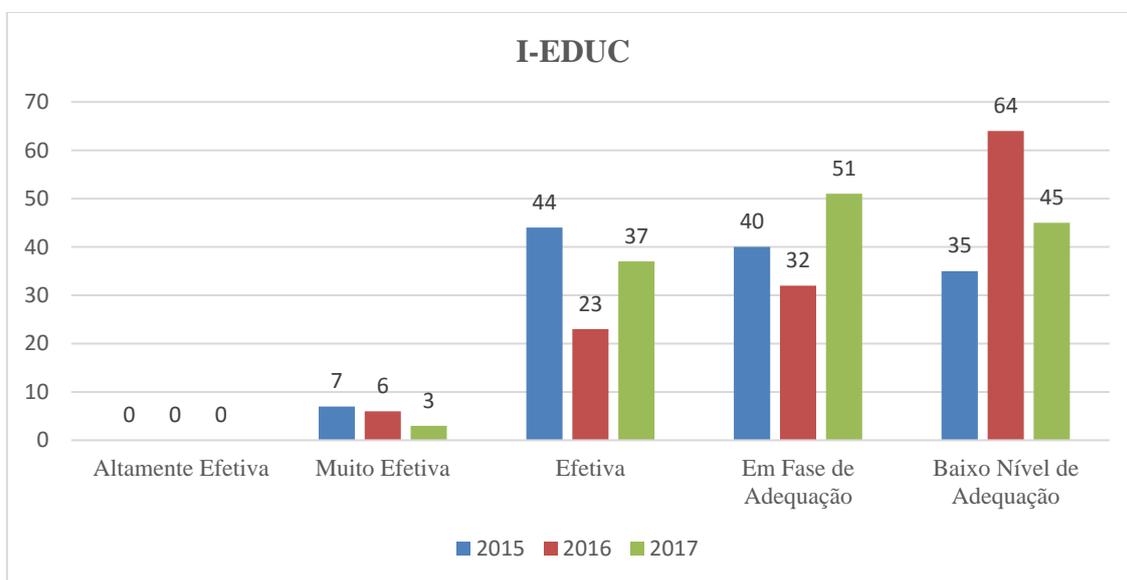


Fonte: IEGM/2017

#### 4.4 Comparativo por dimensão nos exercícios 2015-2016-2017

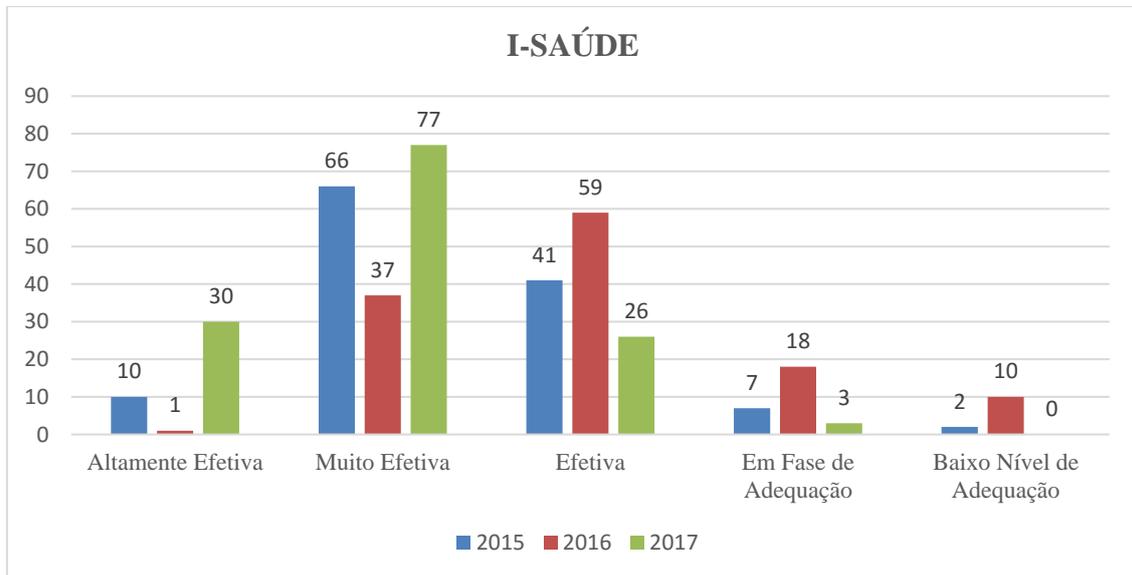
As Figuras de 4 a 10 apresentam o quantitativo de municípios por classificações em relação a cada dimensão nos três anos de aplicação do IEGM.

Figura 4. Quantitativo de municípios por faixa de resultado em Educação



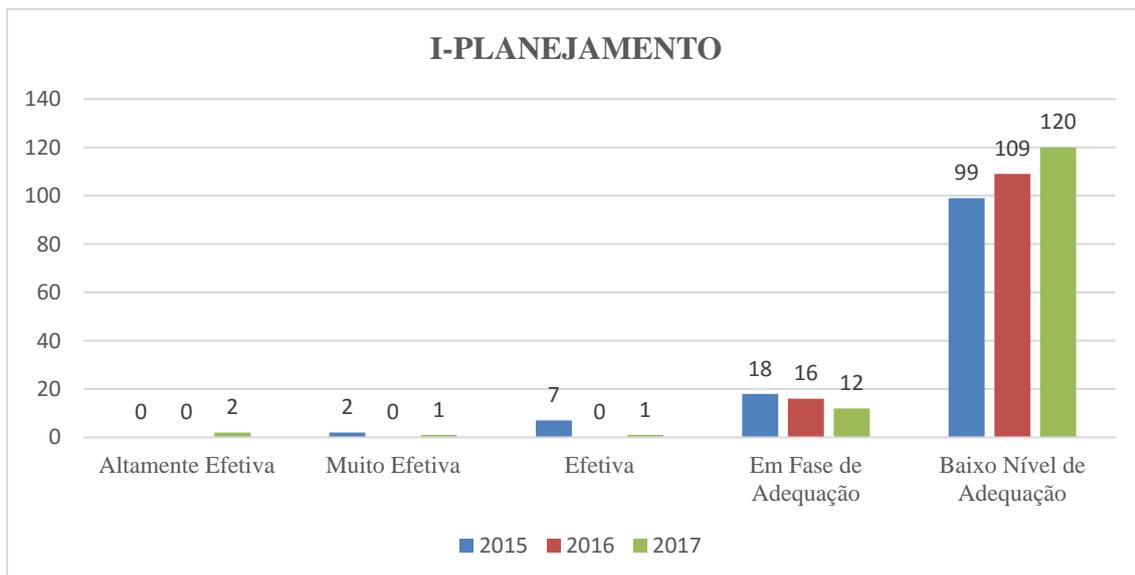
Fonte: IEGM 2015/2016/2017

Figura 5. Quantitativo de municípios por faixa de resultado em Saúde



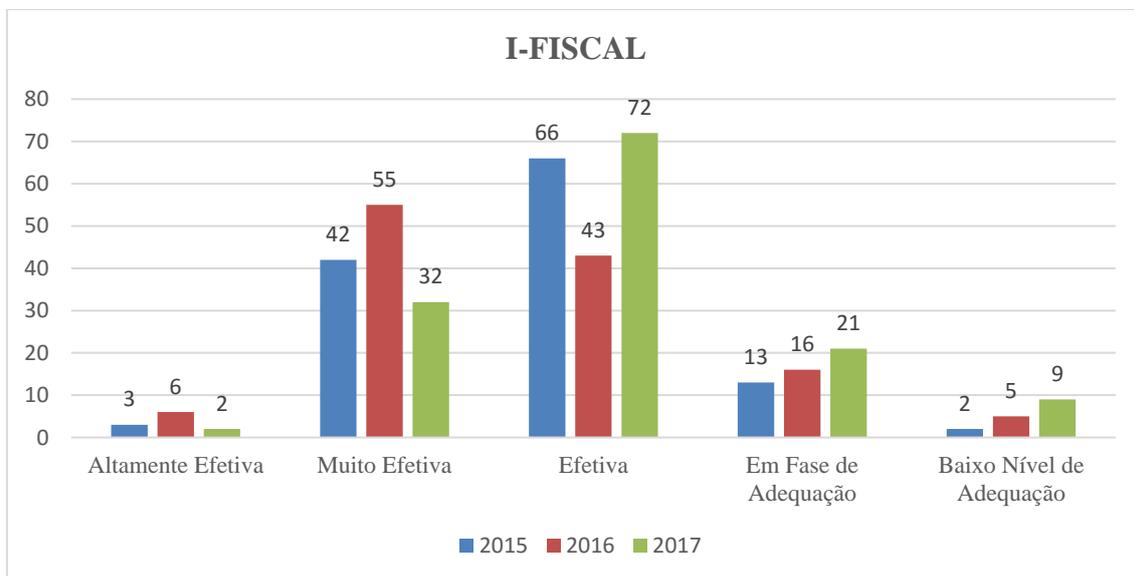
Fonte: IEGM 2015/2016/2017

Figura 6. Quantitativo de municípios por faixa de resultado em Planejamento



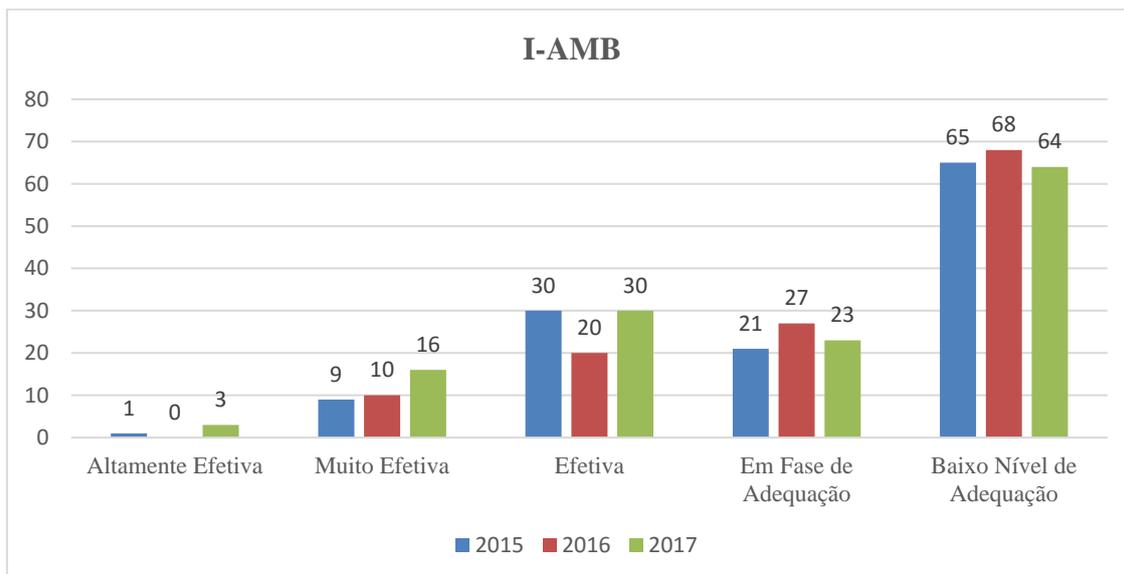
Fonte: IEGM 2015/2016/2017

Figura 7. Quantitativo de municípios por faixa de resultado na área Fiscal



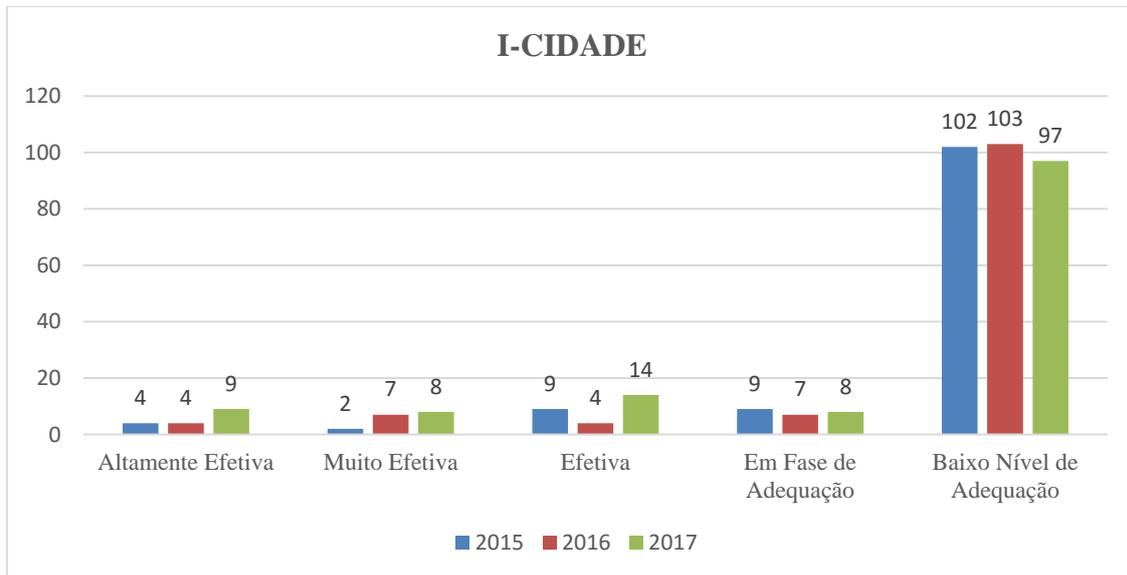
Fonte: IEGM 2015/2016/2017

Figura 8. Quantitativo de municípios por faixa de resultado em Meio Ambiente



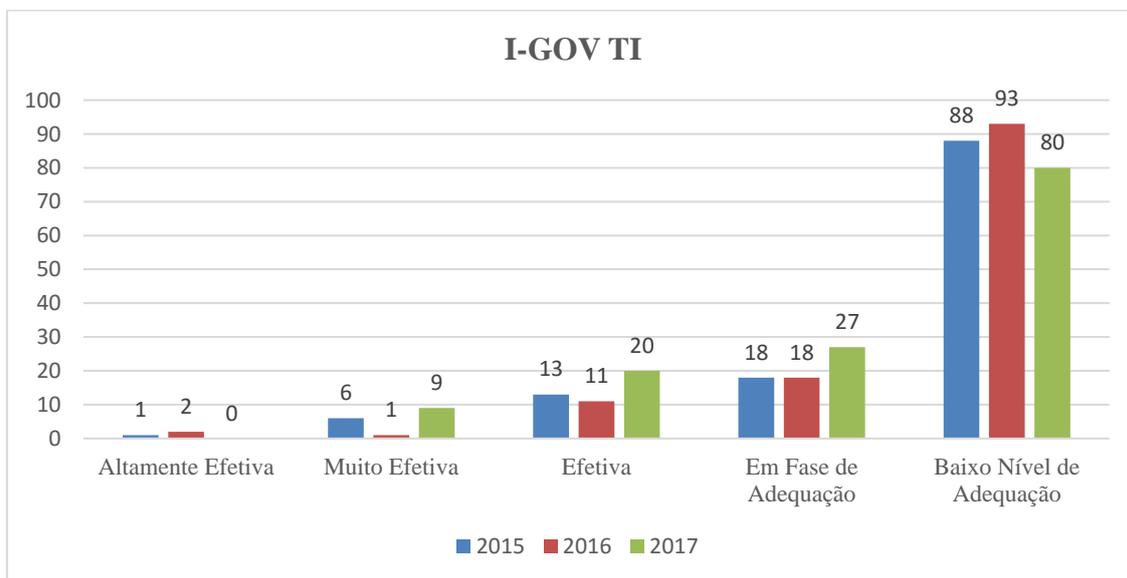
Fonte: IEGM 2015/2016/2017

Figura 9. Quantitativo de municípios por faixa de resultado em Cidades Protegidas



Fonte: IEGM 2015/2016/2017

Figura 10. Quantitativo de municípios por faixa de resultado em Governança TI



Fonte: IEGM 2015/2016/2017

## **5. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PARA MONITORAR O ATENDIMENTO DAS METAS DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO E SUA COMPATIBILIDADE COM O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO**

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, em seu artigo 8º, prevê que cada ente da federação deve elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em Lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias prevista no PNE, cabendo aos sistemas de ensino dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 7º, § 3º da mesma Lei, a criação de mecanismos para acompanhamento local da consecução das metas do PNE e dos planos previstos no art. 8º.

O IEGM, na dimensão educação por meio do questionário I-Educ composto por 60 questões, pode ser utilizado como um desses mecanismos por estar alinhado com as 20 metas do PNE e por convergir para o objetivo de conhecer o grau de aderência dos controles e procedimentos necessários para o alcance das metas nele estabelecidas, conforme visualiza-se pelos exemplos apresentados nos quadros 3 e 4.

Além do IEGM foi estabelecido também no Plano Anual de Auditorias aprovado pela Resolução nº 152/2018 - TCE/TO-Pleno, a realização de fiscalizações através das Diretorias de Controle Externo e Coordenadoria de Apoio Técnico com o objetivo também de monitorar o atendimento das Metas dos Planos de Educação e sua compatibilidade com o PNE, com ênfase no levantamento de dados sobre o cumprimento das Metas 1 (educação infantil), 7 (IDEB) e 18 (Profissionais do magistério).

Para acompanhamento da META 1 do PNE, utilizamos a ferramenta TC EDUCA - Sistema de Monitoramento dos Planos de Educação, desenvolvido pelo TCE-MG em parceria IRB/ATRICON. O Sistema permite visualizar a situação de cada uma das metas de acordo com os indicadores, apresentando os percentuais do município selecionado, bem como o histórico da Meta escolhida.

Neste contexto, o TCE-TO, guarda sintonia com as demandas do Marco de Medição de Desempenho Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas - MMD/QATC que apresenta dentre seus quesitos de avaliação averiguar a capacidade dos Tribunais de fiscalizar a execução dos planos de educação, de modo a zelar pelo cumprimento das metas e estratégias fixadas; fiscalizar a garantia do direito à educação básica,

especialmente quanto ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais; fiscalizar as ações relacionadas à meta voltada à valorização dos profissionais de educação e fiscalizar as ações relacionadas à meta voltada à efetivação da gestão democrática da educação.

Quadro 3 - Principais alinhamentos entre os fundamentos legais do PNE e as questões do I-Educ

PNE (2014-2024)/fundamento legal		Questão I-educ 2017	
	Art.8º do PNE	Q.8	O município possui o Plano Municipal de Educação?
	Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, arts. 11, 12, 19  Resolução CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013 Art. 35 (especialmente inciso V)	Q.14	O município divulga e cumpre o cardápio preestabelecido pela nutricionista?
		Q.18	Existe um controle por meio de relatórios elaborados pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?
		Q.20	O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?
Meta 1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das das crianças de até 3 (três)	Q.2	A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2017?
		Q.3	A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2017?
		Q.12	Número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2017
		Q.22	Qual o total de turmas para creche?

	anos até o final da vigência deste PNE	Q.23	Qual o total de turmas para pré-escola?
		Q.47	Qual a quantidade de matrículas realizadas em creche?
		Q.48	Qual a quantidade de matrículas realizadas em pré-escola?
Meta 2	Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.	Q.1	A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (anos iniciais)?
		Q.4	A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos anos iniciais escolar em 2017?
Meta 5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental	Q.34	O município possui levantamento da distorção idade/série nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?
Meta 6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. PNE Meta 6, Estratégia 6.3: Recursos - Infraestrutura e equipamentos, material didático e formação - “Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de	Q.9	Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município?
		Q.10	Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m)
		Q.29	Quantas vagas foram disponibilizadas no ano de 2017 para período integral?

	ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;”	Q.36	Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura
Meta 7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.	Q.5	A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?
		Q.6	A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos anos iniciais do ensino fundamental?
		Q.7	Que indicador (es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos anos iniciais do ensino fundamental?
Meta 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da	Q.19	Todos os professores da educação básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?

	educação de que tratamos incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.		
Meta 16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	Q.31	Quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal em 2017?
		Q.56	Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação.
Meta 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso	Q.13	Qual o piso salarial municipal dos professores?
		Q.40	A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?

	<p>salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.</p>		
Meta 19	<p>Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.</p> <p>Estratégia 19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;</p>	<p>Q.30</p> <p>Q. 43</p>	<p>Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?</p> <p>Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício? (Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho).</p>
Meta 20	<p>Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto</p>	<p>Q.45</p>	<p>Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, informe, com base na Lei nº11.494, de 20 de junho de 2007: - Percentual TOTAL aplicado em</p>

	<p>(PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.</p>		<p>MDE: _____          - Percentual aplicado no Magistério:          _____</p>
		<p>Q.46</p>	<p>Mínimo Constitucional da educação Com base no Art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, informe: - Percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino: _____</p>

Fonte: TCE-RJ

Quadro 4: Metas do PNE, temas e questões do I—EDUC

Metas do PNE	Temas	Questões I-EDUC
Metas estruturantes (1,2,3,5,6,7,9,10,11)  Redução de desigualdades e valorização da diversidade (4,8)	Evasão escolar	1
	Acesso à rede de ensino	2,3,4,12,28,29,57,58
	Monitoramento de metas	5,6,7,60
	Instalações físicas	9,10,11,36
	Transporte	15,16
	Alimentação	14 ,17,18,20
	Material didático	32,37,42
	Uniforme escolar	38
	Absenteísmo	27,39
	Capacidade pedagógica	21,44,59
	Idade certa	34, 47,48,49
	Operação de creche	22, 50,51
	Operação de ensino fundamental	24,25,26,54,55
Valorização dos profissionais da educação (15, 16, 17, 18)	Plano de cargos e salários	13, 33, 40
Formação docente (12, 13, 14)	Formação e capacitação	19, 31, 41, 56
Gestão democrática das políticas de educação (19)	Plano Municipal de Educação	8
	Conselho Municipal de Educação	30,43
Investimento (20)	Recursos financeiros	45,46

Fonte: TCE-RJ

## **5.1 Acompanhamento das metas 1,7 e 18 do PNE**

**5.1.1 META 1:** *Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.(2024).*

**5.1.1.1 Meta 1-A:** *Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.*

Os dados constantes no TC EDUCA, demonstram que somente os municípios de Fortaleza do Tabocão e Pedro Afonso conseguiram, em 2016 e 2017, garantir que 100% das crianças de 4 a 5 anos estejam matriculadas na pré-escola. Situação preocupante é o histórico do cumprimento desta Meta, onde 77% dos municípios, apresentam avanço anual médio negativo, demonstrando que nem no final do PNE, em 2024, irão cumprir uma meta que já deveria ter sido cumprida em 2016.

Os quadros de 5 a 10 apresentam por Relatoria a situação regular ou de descumprimento da meta 1-A.

## 1ª Relatoria

### Quadro 5

META 1A - UNIVERSALIZAR A PRÉ-ESCOLA - META DO INDICADOR 100% EM 2016						
Município	Relatoria	% alcançado 2014	% alcançado 2015	% alcançado 2016	% alcançado 2017	% Avanço anual médio
Abreulândia	1ª	51,38	34,86	34,86	39,45	-3,98
Araguacema	1ª	47,13	43,68	55,56	49,81	0,89
Bom Jesus do Tocantins	1ª	71,78	50,31	50,92	61,35	-3,48
Caseara	1ª	72,50	48,00	49,50	51,00	-7,17
Centenário	1ª	15,84	26,73	29,70	28,71	4,29
Colméia	1ª	79,05	65,22	57,31	63,24	-5,27
Divinópolis do Tocantins	1ª	83,41	68,61	72,20	69,06	-4,78
Dois Irmãos do Tocantins	1ª	44,74	49,12	48,68	40,35	-1,46
Fortaleza do Taboão	1ª	157,14	118,57	121,43	108,57	-16,19
Goianorte	1ª	45,66	38,15	39,88	43,93	-0,58
Guaraí	1ª	63,58	80,05	76,45	69,88	2,10
Itacajá	1ª	43,85	32,56	43,52	36,54	-2,44
Itapiratins	1ª	40,58	44,93	46,38	38,41	-0,72
Lizarda	1ª	53,38	45,95	41,22	45,95	-2,48
Marianópolis do Tocantins	1ª	53,85	43,79	64,50	74,56	6,90
Miranorte	1ª	59,81	49,53	52,34	56,31	-1,17
Novo Acordo	1ª	68,55	57,23	61,01	60,38	-2,73
Pedro Afonso	1ª	92,23	96,37	107,51	102,85	3,54
Recursolândia	1ª	50,98	33,33	37,75	38,73	-4,08
Rio dos Bois	1ª	66,67	43,43	50,51	56,57	-3,37
Rio Sono	1ª	44,29	47,95	47,03	44,29	
Santa Maria do Tocantins	1ª	64,91	40,35	59,65	73,68	2,92
São Félix do Tocantins	1ª	96,83	69,84	73,02	50,79	-15,34
Tocantínia	1ª	55,72	40,18	39,88	50,15	-1,86
Tupirama	1ª	118,52	68,52	66,67	51,85	-22,22
Tupiratins	1ª	66,67	56,52	65,22	63,77	-0,97
Fonte: TC EDUCA						

## 2ª Relatoria

### Quadro 6

META 1A - UNIVERSALIZAR A PRÉ-ESCOLA - META DO INDICADOR 100% EM 2016						
Município	Relatoria	% alcançado 2014	% alcançado 2015	% alcançado 2016	% alcançado 2017	% Avanço anual médio
Aguiarnópolis	2ª	63,71	45,16	45,56	47,18	-5,51
Ananás	2ª	76,94	51,11	58,33	58,33	-6,20
Angico	2ª	54,62	68,91	64,71	51,26	-1,12
Araguatins	2ª	53,82	53,89	57,38	51,67	-0,72
Augustinópolis	2ª	87,06	65,97	59,90	63,74	-7,77
Axixá do Tocantins	2ª	78,83	71,05	64,23	68,37	-3,49
Buriti do Tocantins	2ª	75,34	62,20	49,33	53,62	-7,24
Cachoeirinha	2ª	85,71	74,03	62,34	45,45	-13,42
Carrasco Bonito	2ª	65,14	46,86	48,57	45,71	-6,48
Darcinópolis	2ª	91,33	79,08	69,90	64,80	-8,84
Esperantina	2ª	62,42	52,57	53,69	51,90	-3,50
Itaguatins	2ª	59,31	58,87	51,08	45,45	-4,62
Luzinópolis	2ª	63,16	81,58	57,89	61,40	-0,58
Maurilândia do Tocantins	2ª	42,40	44,80	52,00	60,80	6,13
Nazaré	2ª	71,69	70,48	72,29	62,05	-3,21
Palmeiras do Tocantins	2ª	66,82	54,55	46,36	53,18	-4,55
Praia Norte	2ª	59,30	61,73	56,87	49,06	-3,41
Riachinho	2ª	86,16	66,04	55,35	54,09	-10,69
Sampaio	2ª	59,79	58,73	56,61	50,26	-3,17
Santa Terezinha do Tocantins	2ª	85,11	53,19	68,09	64,89	-6,74
São Bento do Tocantins	2ª	68,53	74,11	85,79	85,28	5,58
São Miguel do Tocantins	2ª	64,39	62,53	56,11	55,07	-3,11
São Sebastião do Tocantins	2ª	53,06	57,14	53,57	53,06	
Sítio Novo do Tocantins	2ª	61,21	63,59	65,17	61,48	0,09
Tocantinópolis	2ª	60,02	59,43	56,21	54,65	-1,79
Wanderlândia	2ª	54,57	49,14	49,38	51,85	-0,91
Xambioá	2ª	76,06	74,73	80,05	78,72	0,89

Fonte: TC EDUCA

### 3ª Relatoria

#### Quadro 7

<b>META 1A - UNIVERSALIZAR A PRÉ-ESCOLA - META DO INDICADOR 100% EM 2016</b>						
<b>Município</b>	<b>Relatoria</b>	<b>% alcançado 2014</b>	<b>% alcançado 2015</b>	<b>% alcançado 2016</b>	<b>% alcançado 2017</b>	<b>% Avanço anual médio</b>
Almas	3ª	68,93	60,00	54,29	57,50	-3,81
Arraias	3ª	85,89	74,47	66,07	66,97	-6,31
Aurora do Tocantins	3ª	62,71	36,44	44,92	48,31	-4,80
Brejinho de Nazaré	3ª	75,25	69,80	58,42	64,85	-3,47
Chapada da Natividade	3ª	73,73	53,39	41,53	56,78	-5,65
Combinado	3ª	82,74	61,90	63,10	55,36	-9,13
Conceição do Tocantins	3ª	50,99	30,46	64,24	29,14	-7,28
Dianópolis	3ª	79,89	67,27	68,52	62,69	-5,73
Ipueiras	3ª	70,67	68,00	48,00	49,33	-7,11
Lagoa do Tocantins	3ª	73,33	47,22	60,00	65,00	-2,78
Lavandeira	3ª	67,16	53,73	67,16	68,66	0,50
Mateiros	3ª	77,88	49,04	55,77	50,96	-8,97
Monte do Carmo	3ª	45,28	43,70	34,65	40,16	-1,71
Natividade	3ª	85,96	59,93	57,88	57,53	-9,47
Novo Alegre	3ª	75,00	61,76	73,53	54,41	-6,86
Novo Jardim	3ª	72,00	66,40	57,60	54,40	-5,87
Pindorama do Tocantins	3ª	61,83	47,85	42,47	51,61	-3,41
Ponte Alta do Bom Jesus	3ª	53,62	56,52	49,28	63,77	3,38
Ponte Alta do Tocantins	3ª	62,63	48,79	55,36	46,71	-5,31
Porto Alegre do Tocantins	3ª	87,00	58,00	53,00	66,00	-7,00
Porto Nacional	3ª	91,88	72,06	85,10	79,71	-4,06
Rio da Conceição	3ª	47,06	56,47	58,82	75,29	9,41
Santa Rosa do Tocantins	3ª	41,94	40,86	50,00	47,31	1,79
Silvanópolis	3ª	97,62	83,93	80,36	78,57	-6,35
Taguatinga	3ª	57,01	56,12	51,44	51,44	-1,86
Taipas do Tocantins	3ª	81,58	46,05	53,95	64,47	-5,70
Fonte: TC EDUCA						

#### 4ª Relatoria

#### Quadro 8

META 1A - UNIVERSALIZAR A PRÉ-ESCOLA - META DO INDICADOR 100% EM 2016						
Município	Relatoria	% alcançado 2014	% alcançado 2015	% alcançado 2016	% alcançado 2017	% Avanço anual médio
Aliança do Tocantins	4ª	65,22	52,17	50,54	55,98	-3,08
Alvorada	4ª	69,73	65,31	70,07	50,68	-6,35
Araguaçu	4ª	64,05	72,31	50,83	52,89	-3,72
Cariri do Tocantins	4ª	63,48	52,17	64,35	69,57	2,03
Cristalândia	4ª	64,75	53,26	49,04	41,00	-7,92
Crixás do Tocantins	4ª	50,75	65,67	61,19	38,81	-3,98
Dueré	4ª	75,33	47,33	68,67	70,67	-1,56
Fátima	4ª	69,85	66,91	69,85	59,56	-3,43
Figueirópolis	4ª	95,04	52,48	60,28	48,94	-15,37
Fормoso do Araguaia	4ª	63,89	40,86	50,52	57,21	-2,23
Gurupi	4ª	78,78	85,99	84,24	81,10	0,77
Jaú do Tocantins	4ª	51,13	40,60	40,60	30,83	-6,77
Lagoa da Confusão	4ª	64,52	65,35	73,03	64,32	-0,07
Nova Rosalândia	4ª	75,94	63,91	60,90	65,41	-3,51
Oliveira de Fátima	4ª	102,56	92,31	102,56	76,92	-8,55
Palmeirópolis	4ª	77,42	75,00	67,74	62,50	-4,97
Paraná	4ª	64,59	57,11	55,86	55,36	-3,08
Peixe	4ª	68,88	50,14	52,74	46,40	-7,49
Pium	4ª	52,38	38,10	48,41	32,54	-6,61
Sandolândia	4ª	73,50	62,39	61,54	51,28	-7,41
Santa Rita do Tocantins	4ª	39,51	48,15	60,49	81,48	13,99
São Salvador do Tocantins	4ª	57,01	37,38	49,53	45,79	-3,74
São Valério	4ª	56,95	45,70	49,67	59,60	0,88
Sucupira	4ª	67,57	54,05	55,41	45,95	-7,21
Talismã	4ª	70,00	55,56	53,33	54,44	-5,19
Fonte: TC EDUCA						

## 5ª Relatoria

### Quadro 9

META 1A - UNIVERSALIZAR A PRÉ-ESCOLA - META DO INDICADOR 100% EM 2016						
Município	Relatoria	% alcançado 2014	% alcançado 2015	% alcançado 2016	% alcançado 2017	% Avanço anual médio
Aragominas	5ª	61,99	47,96	61,09	55,20	-2,26
Araguaína	5ª	88,04	87,20	89,27	92,08	1,35
Araguanã	5ª	50,53	57,45	59,04	70,21	6,56
Arapoema	5ª	75,80	62,10	53,88	62,56	-4,41
Babaçulândia	5ª	51,99	52,29	57,49	61,16	3,06
Bandeirantes do Tocantins	5ª	72,59	45,93	51,85	37,04	-11,85
Barra do Ouro	5ª	80,42	55,56	55,56	53,97	-8,82
Bernardo Sayão	5ª	73,83	64,43	79,19	71,14	-0,89
Brasilândia do Tocantins	5ª	65,48	57,14	82,14	65,48	
Campos Lindos	5ª	28,33	25,48	33,81	28,33	
Carmolândia	5ª	67,05	71,59	57,95	70,45	1,14
Colinas do Tocantins	5ª	81,51	76,10	78,18	78,18	-1,11
Couto Magalhães	5ª	65,79	46,32	44,21	51,05	-4,91
Filadélfia	5ª	55,79	53,35	46,04	41,46	-4,78
Goiatins	5ª	63,08	48,87	58,75	57,02	-2,02
Itaporã do Tocantins	5ª	45,57	44,30	46,84	49,37	1,27
Juarina	5ª	47,06	67,06	60,00	50,59	1,18
Muricilândia	5ª	27,41	14,81	31,85	46,67	6,42
Nova Olinda	5ª	60,98	54,67	67,29	65,42	1,48
Palmeirante	5ª	34,15	27,32	51,22	53,66	6,50
Pau D'Arco	5ª	69,28	49,02	54,25	62,75	-2,18
Pequizeiro	5ª	58,46	61,03	57,95	56,92	-0,51
Piraquê	5ª	38,60	44,74	47,37	28,95	-3,22
Presidente Kennedy	5ª	37,67	41,78	39,73	43,84	2,05
Santa Fé do Araguaia	5ª	50,56	48,70	54,28	41,64	-2,97

Fonte: TC EDUCA

6ª Relatoria

Quadro 10

<b>META 1A - UNIVERSALIZAR A PRÉ-ESCOLA - META DO INDICADOR 100% EM 2016</b>						
<b>Município</b>	<b>Relatoria</b>	<b>% alcançado 2014</b>	<b>% alcançado 2015</b>	<b>% alcançado 2016</b>	<b>% alcançado 2017</b>	<b>% Avanço anual médio</b>
Aparecida do Rio Negro	6ª	82,63	65,27	62,28	62,87	-6,59
Barrolândia	6ª	70,65	50,00	53,26	67,39	-1,09
Chapada de Areia	6ª	88,89	116,67	100,00	91,67	0,93
Lajeado	6ª	94,64	56,25	62,50	78,57	-5,36
Miracema do Tocantins	6ª	71,20	58,60	53,72	55,73	-5,16
Monte Santo do Tocantins	6ª	104,69	64,06	76,56	78,13	-8,85
Palmas	6ª	77,45	84,99	88,91	90,35	4,30
Paraíso do Tocantins	6ª	84,99	67,13	66,67	69,99	-5,00
Pugmil	6ª	58,82	38,24	43,14	49,02	-3,27
Santa Tereza do Tocantins	6ª	93,98	57,83	75,90	79,52	-4,82
			Fonte: TC EDUCA			

5.1.1.2 Meta 1 B: *Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.(2024).*

Os quadros de 11 a 16 apresentam por Relatoria a situação regular ou de descumprimento da meta 1-B.

1ª Relatoria

Quadro 11

META 1B - AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS EM CRECHE - META DO INDICADOR 50% ATÉ 2024							
Município	Relatoria	% alcançado 2014	% alcançado 2015	% alcançado 2016	% alcançado 2017	% Avanço anual para cumprimento da meta	Situação
Abreulândia	1ª	6,78	5,08	8,47	22,60	3,91	Regular
Araguacema	1ª	10,67	9,74	12,53	9,05	5,85	Risco de descumprimento
Bom Jesus do Tocantins	1ª	20,12	14,71	21,32	16,82	4,74	Risco de descumprimento
Caseara	1ª	33,43	32,85	29,07	33,43	2,37	Risco de descumprimento
Centenário	1ª	15,15	7,88	9,70	10,30	5,67	Risco de descumprimento
Colmeia	1ª	14,15	12,08	20,75	24,53	3,64	Risco de descumprimento
Divinópolis do Tocantins	1ª	36,87	34,60	30,56	27,02	3,28	Risco de descumprimento
Dois Irmãos do Tocantins	1ª	13,46	14,15	12,06	8,35	5,95	Risco de descumprimento
Fortaleza do Taboão	1ª	30,98	22,83	27,17	39,13	1,55	Regular
Goianorte	1ª		0,65	19,87	29,97	2,86	Não se Aplica
Guaraí	1ª	13,83	14,99	15,67	16,69	4,76	Risco de descumprimento
Itacajá	1ª		11,50	19,65	22,48	3,93	Não se Aplica
Itapiratins	1ª	25,56	27,35	23,77	24,66	3,62	Risco de descumprimento
Lizarda	1ª						Insuficiência de Dados
Marianópolis do Tocantins	1ª	24,78	28,06	24,18	25,67	3,48	Risco de descumprimento
Miranorte	1ª	5,89	7,68	6,53	9,35	5,81	Risco de descumprimento
Novo Acordo	1ª	22,26	15,19	12,72	19,79	4,32	Risco de descumprimento
Pedro Afonso	1ª	14,72	21,91	19,08	20,02	4,28	Risco de descumprimento
Recursolândia	1ª	20,55	13,50	14,72	14,42	5,08	Risco de descumprimento
Rio dos Bois	1ª	22,22	8,99	10,58	14,29	5,10	Risco de descumprimento
Rio Sono	1ª	16,75	8,02	8,25	10,38	5,66	Risco de descumprimento
Santa Maria do Tocantins	1ª	21,37	21,79	18,80	22,22	3,97	Risco de descumprimento
São Félix do Tocantins	1ª						Insuficiência de Dados
Tocantínia	1ª	15,09	15,51	16,36	24,68	3,62	Risco de descumprimento
Tupirama	1ª	27,73	14,29	17,65	27,73	3,18	Risco de descumprimento
Tupiratins	1ª	34,93	30,82	26,03	23,97	3,72	Risco de descumprimento
				Fonte: TC EDUCA			

## 2ª Relatoria

### Quadro 12

META 1B - AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS EM CRECHE - META DO INDICADOR 50% ATÉ 2024							
Município	Relatoria	% alcançado 2014	% alcançado 2015	% alcançado 2016	% alcançado 2017	% Avanço anual para cumprimento da meta	Situação
Aguiarnópolis	2ª	10,09	10,52	10,73	10,73	5,61	Risco de descumprimento
Ananás	2ª				10,36	5,66	Não se Aplica
Angico	2ª				29,96	2,86	Não se Aplica
Araguatins	2ª	7,93	9,61	9,06	8,25	5,96	Risco de descumprimento
Augustinópolis	2ª	1,89	1,50	2,13	11,42	5,51	Risco de descumprimento
Axixá do Tocantins	2ª	25,04	21,67	22,69	22,25	3,96	Risco de descumprimento
Buriti do Tocantins	2ª	12,91	7,80	7,09	13,19	5,26	Risco de descumprimento
Cachoeirinha	2ª						Insuficiência de Dados
Carrasco Bonito	2ª						Insuficiência de Dados
Darcinópolis	2ª						Insuficiência de Dados
Esperantina	2ª			0,36	2,37	6,80	Não se Aplica
Itaguatins	2ª	5,51	10,81	7,63	14,62	5,05	Risco de descumprimento
Luzinópolis	2ª						Insuficiência de Dados
Maurilândia do Tocantins	2ª				13,48	5,22	Não se Aplica
Nazaré	2ª	21,65	25,77	23,02	20,27	4,25	Risco de descumprimento
Palmeiras do Tocantins	2ª						Insuficiência de Dados
Praia Norte	2ª	20,33	25,45	24,55	31,48	2,65	Regular
Riachinho	2ª						Insuficiência de Dados
Sampaio	2ª						Insuficiência de Dados
Santa Terezinha do Tocantins	2ª			43,40	40,88	1,30	Não se Aplica
São Bento do Tocantins	2ª						Insuficiência de Dados
São Miguel do Tocantins	2ª	7,89	12,44	13,04	10,29	5,67	Risco de descumprimento
São Sebastião do Tocantins	2ª	33,62	23,08	21,65	25,64	3,48	Risco de descumprimento
Sítio Novo do Tocantins	2ª	35,70	45,60	50,39	49,15	0,12	Regular
Tocantinópolis	2ª	15,60	25,23	25,17	24,26	3,68	Risco de descumprimento
Wanderlândia	2ª	12,50	13,90	14,33	14,89	5,02	Risco de descumprimento
Xambioá	2ª	10,79	15,39	15,76	17,09	4,70	Risco de descumprimento

Fonte: TC EDUCA

### 3ª Relatoria

#### Quadro 13

META 1B - AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS EM CRECHE - META DO INDICADOR 50% ATÉ 2024							
Município	Relatoria	% alcançado 2014	% alcançado 2015	% alcançado 2016	% alcançado 2017	% Avanço anual para cumprimento da meta	Situação
Almas	3ª	6,61	3,47	9,59	12,73	5,32	Risco de descumprimento
Arraias	3ª	31,66	18,69	19,80	21,20	4,11	Risco de descumprimento
Aurora do Tocantins	3ª	11,32	11,79	11,79	9,91	5,73	Risco de descumprimento
Brejinho de Nazaré	3ª	22,38	16,57	27,91	30,81	2,74	Regular
Chapada da Natividade	3ª	11,84	5,70	10,09	7,89	6,02	Risco de descumprimento
Combinado	3ª	13,08	8,10	8,41	11,53	5,50	Risco de descumprimento
Conceição do Tocantins	3ª	20,12	15,24	17,68	29,57	2,92	Regular
Dianópolis	3ª	17,19	17,39	17,81	18,99	4,43	Risco de descumprimento
Ipueiras	3ª						Insuficiência de Dados
Lagoa do Tocantins	3ª						Insuficiência de Dados
Lavandeira	3ª	13,18	6,98	7,75	13,95	5,15	Risco de descumprimento
Mateiros	3ª						Insuficiência de Dados
Monte do Carmo	3ª	6,74	5,65	7,83	5,28	6,39	Risco de descumprimento
Natividade	3ª	11,14	7,43	7,73	7,58	6,06	Risco de descumprimento
Novo Alegre	3ª	16,44	18,49	13,01	12,33	5,38	Risco de descumprimento
Novo Jardim	3ª						Insuficiência de Dados
Pindorama do Tocantins	3ª	17,42	12,91	11,11	14,71	5,04	Risco de descumprimento
Ponte Alta do Bom Jesus	3ª	6,06	8,18	8,18	7,27	6,10	Risco de descumprimento
Ponte Alta do Tocantins	3ª	20,04	12,23	11,17	14,36	5,09	Risco de descumprimento
Porto Alegre do Tocantins	3ª	13,68	8,49	20,28	26,89	3,30	Regular
Porto Nacional	3ª	21,92	21,97	23,66	24,01	3,71	Risco de descumprimento
Rio da Conceição	3ª	55,05	46,79	52,29	53,21	-0,46	Risco de descumprimento
Santa Rosa do Tocantins	3ª	19,48	16,33	21,20	19,48	4,36	Risco de descumprimento
Silvanópolis	3ª		3,75	6,70	5,09	6,42	Não se Aplica
Taguatinga	3ª						Insuficiência de Dados
Taipas do Tocantins	3ª	28,67	25,17	32,17	25,17	3,55	Risco de descumprimento

Fonte: TC EDUCA

#### 4ª Relatoria

#### Quadro 14

META 1B - AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS EM CRECHE - META DO INDICADOR 50% ATÉ 2024							
Município	Relatoria	% alcançado 2014	% alcançado 2015	% alcançado 2016	% alcançado 2017	% Avanço anual para cumprimento da meta	Situação
Aliança do Tocantins	4ª	27,10	32,09	19,63	18,07	4,56	Risco de descumprimento
Alvorada	4ª	33,33	17,90	18,93	27,78	3,17	Risco de descumprimento
Araguaçu	4ª	23,99	18,05	21,66	19,32	4,38	Risco de descumprimento
Cariri do Tocantins	4ª	11,07	8,61	14,75	10,66	5,62	Risco de descumprimento
Cristalândia	4ª	15,42	16,97	22,88	18,25	4,54	Risco de descumprimento
Crixás do Tocantins	4ª	59,26	59,26	48,15	46,91	0,44	Risco de descumprimento
Dueré	4ª		4,39	3,13	3,45	6,65	Não se Aplica
Fátima	4ª	24,77	23,39	23,85	35,32	2,10	Regular
Figueirópolis	4ª				22,92	3,87	Não se Aplica
Formoso do Araguaia	4ª						Insuficiência de Dados
Gurupi	4ª	7,85	10,10	13,09	12,84	5,31	Risco de descumprimento
Jau do Tocantins	4ª	17,03	10,92	13,10	13,10	5,27	Risco de descumprimento
Lagoa da Confusão	4ª	17,52	10,47	13,46	15,38	4,95	Risco de descumprimento
Nova Rosaândia	4ª	22,35	25,88	26,67	25,88	3,45	Risco de descumprimento
Oliveira de Fátima	4ª						Insuficiência de Dados
Palmeirópolis	4ª	33,18	26,59	30,91	35,91	2,01	Risco de descumprimento
Paraná	4ª	11,90	12,39	7,19	6,07	6,28	Risco de descumprimento
Peixe	4ª	18,31	12,25	15,35	18,59	4,49	Risco de descumprimento
Pium	4ª	15,63	16,25	19,17	17,29	4,67	Risco de descumprimento
Sandoândia	4ª						Insuficiência de Dados
Santa Rita do Tocantins	4ª	10,81	22,97	24,32	26,35	3,38	Regular
São Salvador do Tocantins	4ª	21,80	21,33	15,64	20,85	4,16	Risco de descumprimento
São Valério	4ª	11,50	9,41	10,80	11,50	5,50	Risco de descumprimento
Sucupira	4ª						Insuficiência de Dados
Talsmã	4ª	9,52	5,44	8,16	5,44	6,37	Risco de descumprimento
Fonte: TC EDUCA							

## 5ª Relatoria

### Quadro 15

META 1B - AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS EM CRECHE - META DO INDICADOR 50% ATÉ 2024							
Município	Relatoria	% alcançado 2014	% alcançado 2015	% alcançado 2016	% alcançado 2017	% Avanço anual para cumprimento da meta	Situação
Aragominas	5ª						Insuficiência de Dados
Araguaína	5ª	31,63	35,62	37,46	41,73	1,18	Regular
Araguanã	5ª	7,38	11,67	16,90	21,43	4,08	Regular
Arapoema	5ª	11,26	11,26	16,34	13,91	5,16	Risco de descumprimento
Babaçuândia	5ª	18,42	13,78	13,31	16,10	4,84	Risco de descumprimento
Bandeirantes do Tocantins	5ª	15,91	10,45	10,00	16,36	4,81	Risco de descumprimento
Barra do Ouro	5ª						Insuficiência de Dados
Bernardo Sayão	5ª	25,40	21,22	22,51	30,23	2,82	Risco de descumprimento
Brasilândia do Tocantins	5ª	50,00	41,41	23,44	31,25	2,68	Risco de descumprimento
Campos Lindos	5ª						Insuficiência de Dados
Carmolândia	5ª	29,65	31,40	45,35	45,35	0,66	Regular
Colinas do Tocantins	5ª	28,56	29,66	35,08	39,99	1,43	Regular
Couto Magalhães	5ª	14,71	18,95	25,44	25,19	3,54	Risco de descumprimento
Filadélfia	5ª	7,64	6,24	8,74	9,67	5,76	Risco de descumprimento
Goiatins	5ª	25,16	24,41	13,10	26,48	3,36	Risco de descumprimento
Itaporã do Tocantins	5ª	12,94	16,47	14,71	28,24	3,11	Regular
Juarina	5ª		16,99	30,72	18,95	4,44	Não se Aplica
Muricilândia	5ª	13,39	5,12	7,87	22,44	3,94	Risco de descumprimento
Nova Olinda	5ª	24,31	31,57	26,27	28,92	3,01	Risco de descumprimento
Palmeirante	5ª						Insuficiência de Dados
Pau D'Arco	5ª	18,62	17,12	11,41	15,62	4,91	Risco de descumprimento
Pequizeiro	5ª	30,45	30,77	26,28	36,54	1,92	Regular
Piraquê	5ª	23,12	25,27	30,65	38,17	1,69	Regular
Presidente Kennedy	5ª						Insuficiência de Dados
Santa Fé do Araguaia	5ª	20,84	11,28	10,71	11,28	5,53	Risco de descumprimento
				Fonte: TC EDUCA			

## 6ª Relatoria

### Quadro 16

META 1B - AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS EM CRECHE - META DO INDICADOR 50% ATÉ 2024							
Município	Relatoria	% alcançado 2014	% alcançado 2015	% alcançado 2016	% alcançado 2017	% Avanço anual para cumprimento da	Situação
Aparecida do Rio Negro	6ª						Insuficiência de Dados
Barroândia	6ª	17,46	23,81	26,98	27,62	3,20	Regular
Chapada de Areia	6ª						Insuficiência de Dados
Lajeado	6ª	52,58	41,78	49,30	50,23	-0,03	Risco de descumprimento
Miracema do Tocantins	6ª	15,99	16,74	19,52	17,27	4,68	Risco de descumprimento
Monte Santo do Tocantins	6ª						Insuficiência de Dados
Palmas	6ª	29,01	32,82	29,51	26,68	3,33	Risco de descumprimento
Paraíso do Tocantins	6ª	10,00	11,28	16,01	14,16	5,12	Risco de descumprimento
Pugmil	6ª	29,70	26,73	28,22	28,22	3,11	Risco de descumprimento
Santa Tereza do Tocantins	6ª						Insuficiência de Dados
Fonte: TC EDUCA							

#### 5.1.2 META 7 : Fomentar a qualidade da educação básica

A Meta 7 estimula a qualidade da educação básica com enfoque na melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos estudantes. Nessa aferição o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP criou, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que combina a análise do fluxo escolar (taxa de aprovação) com o desempenho (médias de proficiência) dos estudantes em avaliações padronizadas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), tendo como base de dados o Censo Escolar (taxa de rendimento) e Prova Brasil (nota padronizada).

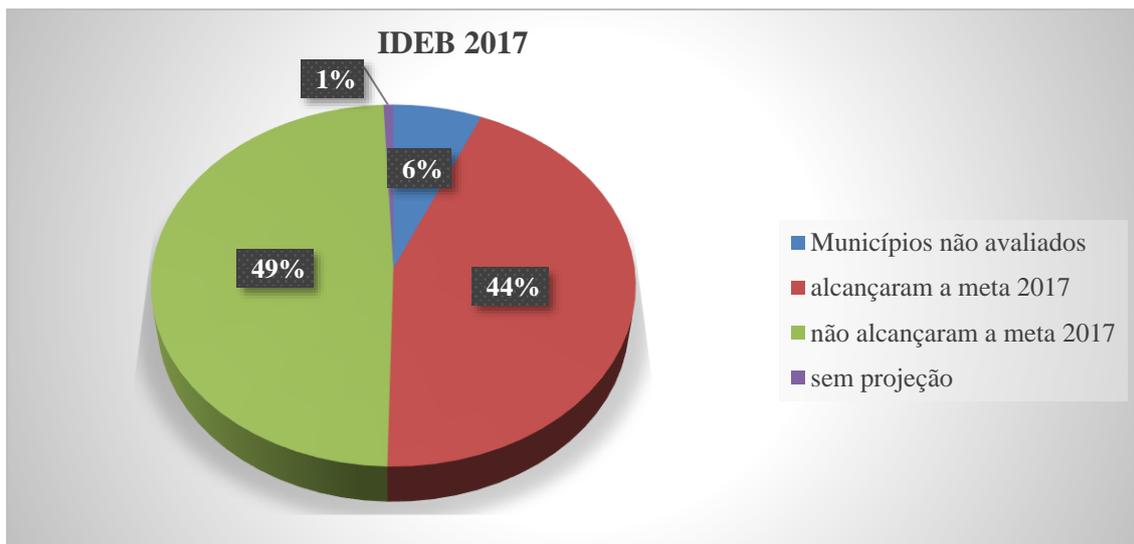
A meta final do IDEB tem seu alcance nacional estimado para 2021 onde o Brasil deve atingir, considerando os anos iniciais do ensino fundamental (1ª a 5ª série), a nota do Ideb de 6,0 (seis).

Conforme resultado apurado no I-Educ, constatamos que 97% dos municípios respondentes, informaram que utilizam o resultado do IDEB como indicador de qualidade para análise da educação dos anos iniciais do ensino fundamental.

O INEP divulgou em 04 de setembro de 2017 o IDEB de cada escola do país, principal parâmetro de qualidade da educação nacional.

Os resultados alcançados pelos municípios tocantinenses estão demonstrados na Figura 11 e , por Relatoria , nos quadros 17 a 22.

Figura 11 – Resultado IDEB/2017 – Municípios TO



Fonte: INEP-MEC/2017

1ª Relatoria

Quadro 17

Município	Relatória	Meta projetada 2017	Nota IDEB 2017	Alcançou a meta ?
Abreulândia	1ª	5,4	4,9	não
Araguacema	1ª	5,1	4,5	não
Bom Jesus do Tocantins	1ª	4,8	5,5	sim
Caseara	1ª	4,8	4,6	não
Centenário	1ª	4,2	4,5	sim
Colméia	1ª	4,1	5,3	sim
Divinópolis do Tocantins	1ª	5	5,6	sim
Dois Irmãos do Tocantins	1ª	4,8	4,8	sim
Fortaleza do Tabocão	1ª	5,3	5,3	sim
Goianorte	1ª	5	4,9	não
Guaraí	1ª	6	5,7	não
Itacajá	1ª	5,5	5,6	sim
Itapiratins	1ª	4,9	4,9	sim
Lizarda	1ª	4,1	4,2	sim
Marianópolis do Tocantins	1ª	5	5	sim
Miranorte	1ª	4,8	5,3	sim
Novo Acordo	1ª	4,4	4,6	sim
Pedro Afonso	1ª	4,9	6,1	sim
Recursolândia	1ª	4,2	3,7	não
Rio dos Bois	1ª	4,6	4,2	não
Rio Sono	1ª		**	
Santa Maria do Tocantins	1ª	4,6	4,6	sim
São Félix do Tocantins	1ª		*	
Tocantínia	1ª	4,8	4,9	sim
Tupirama	1ª	5	4,8	não
Tupiratins	1ª	5,1	4,4	não
* Numero de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados				
** Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado				
Fonte: INEP- MEC/2017				

2ª Relatoria

Quadro 18

Município	Relatória	Meta projetada	Nota IDEB 2017	Alcançou a meta ?
Aguiarnópolis	2ª	4,7	4,4	não
Ananás	2ª	4,8	5,1	sim
Angico	2ª	5,5	5	não
Araguatins	2ª	4,6	4,8	sim
Augustinópolis	2ª	5,4	5,7	sim
Axixá do Tocantins	2ª	4,7	4,3	não
Buriti do Tocantins	2ª	5,7	4,2	não
Cachoeirinha	2ª	4,5	4,6	sim
Carrasco Bonito	2ª	4,6	3,7	não
Darcinópolis	2ª	4,9	4,6	não
Esperantina	2ª	4,3	4	não
Itaguatins	2ª	4,6	4,1	não
Luzinópolis	2ª	5,2	4,4	não
Maurilândia do Tocantins	2ª	4,6	4,9	sim
Nazaré	2ª	5,2	5	não
Palmeiras do Tocantins	2ª	4,4	5,3	sim
Praia Norte	2ª	4,2	4	não
Riachinho	2ª	4,5	4,7	sim
Sampaio	2ª	4,6	4,9	sim
Santa Terezinha do Tocantins	2ª	4,5	3,8	não
São Bento do Tocantins	2ª	4,5	**	
São Miguel do Tocantins	2ª	4,9	4	não
São Sebastião do Tocantins	2ª	4,2	4,5	sim
Sítio Novo do Tocantins	2ª	4	4,6	sim
Tocantinópolis	2ª	5,5	4,8	não
Wanderlândia	2ª	4,9	4,7	não
Xambioá	2ª	4,4	4,7	sim
** Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado				
		Fonte: INEP- MEC/2017		

### 3ª Relatoria

#### Quadro 19

Município	Relatória	Meta projetada 2017	Nota IDEB 2017	Alcançou a meta ?
Almas	3ª	4,8	4,5	não
Arraias	3ª	sem projeção	5,1	
Aurora do Tocantins	3ª		*	
Brejinho de Nazaré	3ª	4,9	5,1	sim
Chapada da Natividade	3ª	4,9	5	sim
Combinado	3ª	5,8	5,4	não
Conceição do Tocantins	3ª	3,9	5,3	sim
Dianópolis	3ª	4,9	4,9	sim
Ipueiras	3ª	4,4	4,5	sim
Lagoa do Tocantins	3ª	4	4,3	sim
Lavandeira	3ª		*	
Mateiros	3ª	5,1	4,7	não
Monte do Carmo	3ª	4,4	4,2	não
Natividade	3ª	5,1	5,6	sim
Novo Alegre	3ª		*	
Novo Jardim	3ª	4	4,6	sim
Pindorama do Tocantins	3ª	4,2	4,9	sim
Ponte Alta do Bom Jesus	3ª		*	
Ponte Alta do Tocantins	3ª	3,8	4,6	sim
Porto Alegre do Tocantins	3ª	4,6	4,9	sim
Porto Nacional	3ª	5,1	5,2	sim
Rio da Conceição	3ª	4,7	4,4	não
Santa Rosa do Tocantins	3ª	4,7	3,8	não
Silvanópolis	3ª	5	4,9	não
Taguatinga	3ª	4,6	5	sim
Taipas do Tocantins	3ª	4,2	4,2	sim
* Numero de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados				
		Fonte: INEP- MEC/2017		

4ª Relatoria

Quadro 20

Município	Relatória	Meta projetada	Nota IDEB 2017	Alcançou a meta ?
Aliança do Tocantins	4ª	5,7	6	sim
Alvorada	4ª	6,1	5,6	não
Araguaçu	4ª	5,5	5,9	sim
Cariri do Tocantins	4ª	5,2	4,8	não
Cristalândia	4ª	5,9	4	não
Crixás do Tocantins	4ª	5,3	4,8	não
Dueré	4ª	5,1	5,7	sim
Fátima	4ª	4,8	4,7	não
Figueirópolis	4ª	5,9	5,5	não
Formoso do Araguaia	4ª	5,8	5,2	não
Gurupi	4ª	5,2	5,1	não
Jaú do Tocantins	4ª	5,1	5,2	sim
Lagoa da Confusão	4ª	5	4	não
Nova Rosalândia	4ª	5,6	5,5	não
Oliveira de Fátima	4ª	4,7	3,9	não
Palmeirópolis	4ª	6,3	6	não
Paraná	4ª	4,4	3,8	não
Peixe	4ª	5	5	sim
Pium	4ª	5,5	5	não
Sandolândia	4ª	5,7	5,3	não
Santa Rita do Tocantins	4ª	4,5	4,3	não
São Salvador do Tocantins	4ª	4,8	5	sim
São Valério da Natividade	4ª	5,4	5,6	sim
Sucupira	4ª	4,7	4,5	não
Talismã	4ª	5,6	5	não
Fonte: INEP- MEC/2017				

5ª Relatoria

Quadro 21

Município	Relatória	Meta projetada 2017	Nota IDEB 2017	Alcançou a meta ?
Aragominas	5º	4,5	4,4	não
Araguaína	5º	5,8	5,9	sim
Araguanã	5º	5,3	5,4	sim
Arapoema	5º	4,9	5,3	sim
Babaçulândia	5º	4,5	3,9	não
Bandeirantes do Tocantins	5º	3,9	4,7	sim
Barra do Ouro	5º	4,4	4,1	não
Bernardo Sayão	5º	5,2	4,9	não
Brasilândia do Tocantins	5º	5	5,7	sim
Campos Lindos	5º	4,1	4,2	sim
Carmolândia	5º	4,6	4,2	não
Colinas do Tocantins	5º	5,5	5,3	não
Couto de Magalhães	5º	5,2	4,7	não
Filadélfia	5º	3,7	**	
Goiatins	5º	4,2	4	não
Itaporã do Tocantins	5º	5	5,1	sim
Juarina	5º	4,5	4	sim
Muricilândia	5º	4,7	4,5	não
Nova Olinda	5º	4,4	4	não
Palmeirante	5º	4,2	**	
Pau d'Arco	5º	5	4,3	não
Pequizeiro	5º	4,9	5,8	sim
Piraquê	5º	4,4	4,7	sim
Presidente Kennedy	5º	6	5,5	não
Santa Fé do Araguaia	5º	5,1	3,7	não
** Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado				
Fonte: INEP- MEC/2017				

6ª Relatoria

Quadro 22

Município	Relatória	Meta projetada 2017	Nota IDEB 2017	Alcançou a meta ?
Aparecida do Rio Negro	6ª	4,8	5,7	sim
Barrolândia	6ª	5,2	5,1	não
Chapada de Areia	6ª	4,6	4,1	não
Lajeado	6ª	5	4,8	não
Miracema do Tocantins	6ª	4,9	4,2	não
Monte Santo do Tocantins	6ª	5	5,3	sim
Palmas	6ª	5,5	6,6	sim
Paraíso do Tocantins	6ª	5,1	6,3	sim
Pugmil	6ª	5	4,8	não
Santa Tereza do Tocantins	6ª	5,4	4	não
Fonte: INEP- MEC/2017				

**5.1.3 META 18 : Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do [inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal](#).**

A meta 18 tem como fundamento a valorização do magistério que define a obrigatoriedade para União, Estados, Distrito Federal e Municípios de garantirem planos de carreira aos profissionais da educação básica e superior pública com garantia do piso salarial profissional nacional.

Com base nas respostas do I-Educ., constatou-se que 19% dos municípios não possuem Plano de Carreira para os professores. Em relação ao pagamento do piso, consideramos os dados levantados no SICAP-AP (Janeiro-julho)

Além disso, a estratégia 18.1 estabelece que as redes públicas de Educação Básica devem se estruturar de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da Educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

Um componente importante para a estruturação do plano de carreira dos profissionais da Educação é o vínculo ao qual ele estará submetido na rede pública. Garantir a contratação dos profissionais por meio de concursos é um meio de assegurar a qualidade dos docentes. No entanto, com base nos dados encaminhados ao SICAP-AP, identificou-se que apenas 33 municípios, possuem quadro de profissionais do magistério constituído por 90% ou mais de servidores efetivos.

Os quadros 23 a 28 apresentam, por Relatoria, o percentual de servidores efetivos no município e o percentual de professores da educação básica que tem remuneração inferior ao piso nacional.

1ª Relatoria

Quadro 23

<b>Município</b>	<b>Relatoria</b>	<b>Professores Efetivos (Porcentagem)</b>	<b>% de Professores que recebem inferior ao Piso Nacional</b>
Abreulândia	1ª	79.4 %	38.2 %
Araguacema	1ª	54.3 %	21.3 %
Bom Jesus do Tocantins	1ª	74.1 %	77.6 %
Caseara	1ª		
Centenário	1ª	90.9 %	66.7 %
Colméia	1ª	93.7 %	11.4 %
Divinópolis do Tocantins	1ª	45.8 %	56.9 %
Dois Irmãos do Tocantins	1ª	42.3 %	70.5 %
Fortaleza do Tabocão	1ª	93.9 %	8.2 %
Goianorte	1ª		
Guaraí	1ª	93.0 %	14.7 %
Itacajá	1ª	44.9 %	61.7 %
Itapiratins	1ª	100.0 %	
Lizarda	1ª	71.4 %	11.9 %
Marianópolis do Tocantins	1ª	98,30%	44,80%
Miranorte	1ª	50.7 %	52.2 %
Novo Acordo	1ª	72.4 %	77.6 %
Pedro Afonso	1ª	74.4 %	20.0 %
Recursolândia	1ª	81.5 %	20.4 %
Rio dos Bois	1ª	68.8 %	59.4 %
Rio Sono	1ª	62.3 %	62.3 %
Santa Maria do Tocantins	1ª	86.1 %	5.6 %
São Félix do Tocantins	1ª	85.7 %	14.3 %
Tocantínia	1ª	30.9 %	55.6 %
Tupirama	1ª		
Tupiratins	1ª	100.0 %	71.4 %
Fonte: SICAP-AP			

2ª Relatoria

Quadro 24

Município	Relatoria	Professores Efetivos (Porcentagem)	% de Professores que recebem inferior ao Piso Nacional
Aguiarnópolis	2ª	100.0 %	62.7 %
Ananás	2ª	72.4 %	41.8 %
Angico	2ª	100.0 %	67.6 %
Araguatins	2ª	75.5 %	34.3 %
Augustinópolis	2ª	100.0 %	14.7 %
Axixá do Tocantins	2ª	90.6 %	10.4 %
Buriti do Tocantins	2ª	76.8 %	84.1 %
Cachoeirinha	2ª	71,80%	30,80%
Carrasco Bonito	2ª	72.2 %	66.7 %
Darcinópolis	2ª	92.9 %	64.3 %
Esperantina	2ª	100.0 %	98.5 %
Itaguatins	2ª	98.9 %	13.3 %
Luzinópolis	2ª	100%	
Maurilândia do Tocantins	2ª	74.6 %	45.8 %
Nazaré	2ª	82.0 %	57.4 %
Palmeiras do Tocantins	2ª	93.8 %	65.6 %
Praia Norte	2ª		
Riachinho	2ª		
Sampaio	2ª	66.7 %	36.4 %
Santa Terezinha do Tocantins	2ª	60.0 %	87.5 %
São Bento do Tocantins	2ª	42.0 %	81.2 %
São Miguel do Tocantins	2ª	89.2 %	14.4 %
São Sebastião do Tocantins	2ª	66.7 %	46.2 %
Sítio Novo do Tocantins	2ª	52.8 %	58.1 %
Tocantinópolis	2ª	89,20%	12,70%
Wanderlândia	2ª	97.9 %	56.7 %
Xambioá	2ª	79.3 %	81.5 %
Fonte: SICAP-AP			

### 3ª Relatoria

#### Quadro 25

Município	Relatoria	Professores Efetivos (Porcentagem)	% de Professores que recebem inferior ao Piso Nacional
Almas	3ª		
Arraias	3ª	62,6%	44.0%
Aurora do Tocantins	3ª	83,9%	67,7%
Brejinho de Nazaré	3ª	47.7 %	30.8%
Chapada da Natividade	3ª	88.9 %	16.7%
Combinado	3ª		
Conceição do Tocantins	3ª	37.5 %	69.6 %
Dianópolis	3ª	68.2 %	21.8 %
Ipueiras	3ª	65.9 %	34.1 %
Lagoa do Tocantins	3ª	94.5 %	81.8 %
Lavandeira	3ª	50.0 %	91.7%
Mateiros	3ª	53.3 %	40.0 %
Monte do Carmo	3ª	91.1 %	94.4 %
Natividade	3ª	77.5 %	19.7 %
Novo Alegre	3ª	54.5 %	45.5 %
Novo Jardim	3ª	62,5%	9,4%
Pindorama do Tocantins	3ª	100.0 %	58.7 %
Ponte Alta do Bom Jesus	3ª		
Ponte Alta do Tocantins	3ª	81.6 %	57.9 %
Porto Alegre do Tocantins	3ª	77.5 %	42.5 %
Porto Nacional	3ª	68.5 %	13.0 %
Rio da Conceição	3ª	85.3 %	55.9 %
Santa Rosa do Tocantins	3ª	66.7 %	56.1 %
Silvanópolis	3ª	94.1 %	33.8 %
Taguatinga	3ª	72.2 %	59.3 %
Taipas do Tocantins	3ª		
Fonte: SICAP-AP			

4ª Relatoria

Quadro 26

Município	Relatoria	Professores Efetivos (Porcentagem)	% de Professores que recebem inferior ao Piso Nacional
Aliança do Tocantins	4ª	75.5 %	44.9 %
Alvorada	4ª	46.8 %	48.1 %
Araguaçu	4ª	84.1 %	19.5 %
Cariri do Tocantins	4ª	70.8 %	27.1 %
Cristalândia	4ª	85.7 %	24.5 %
Crixás do Tocantins	4ª	72,70%	22,70%
Dueré	4ª	91.7 %	33.3 %
Fátima	4ª	61.8 %	41.2 %
Figueirópolis	4ª	62.3 %	64.2 %
Formoso do Araguaia	4ª	66,40%	37,40%
Gurupi	4ª	80.1 %	35.6 %
Jaú do Tocantins	4ª	87.9 %	10.3 %
Lagoa da Confusão	4ª	75.0 %	34.5 %
Nova Rosalândia	4ª	80.0 %	83.3 %
Oliveira de Fátima	4ª	69.7 %	51.5 %
Palmeirópolis	4ª	48.1 %	81.8 %
Paraná	4ª	60.0 %	60.0 %
Peixe	4ª	66.4 %	12.1 %
Pium	4ª	46.8 %	87.4 %
Sandolândia	4ª	67.6 %	67.6 %
Santa Rita do Tocantins	4ª	60.0 %	85.0 %
São Salvador do Tocantins	4ª	89.2 %	13.5 %
São Valério da Natividade	4ª	56.9 %	41.4 %
Sucupira	4ª	62.5 %	87.5 %
Talismã	4ª	75.5 %	62.3 %
		Fonte: SICAP-AP	

5ª Relatoria

Quadro 27

<b>Município</b>	<b>Relatoria</b>	<b>Professores Efetivos (Porcentagem)</b>	<b>% de Professores que recebem inferior ao Piso Nacional</b>
Aragominas	5ª	85.4 %	25.0 %
Araguaína	5ª	53.7 %	6.0 %
Araguanã	5ª	81.6 %	24.5 %
Arapoema	5ª	98.6 %	7.2 %
Babaçulândia	5ª	91.3 %	61.5 %
Bandeirantes do Tocantins	5ª	48.6 %	40.5 %
Barra do Ouro	5ª	75.8 %	74.2 %
Bernardo Sayão	5ª	98.4 %	50.0 %
Brasilândia do Tocantins	5ª	100.0 %	48.3 %
Campos Lindos	5ª	82,40%	45,60%
Carmolândia	5ª		
Colinas do Tocantins	5ª	79.1 %	21.2 %
Couto de Magalhães	5ª	61.7 %	31.7 %
Filadélfia	5ª	69,10%	37,20%
Goiatins	5ª	97,30%	9,30%
Itaporã do Tocantins	5ª	100.0 %	27.6 %
Juarina	5ª	100.0 %	23.8 %
Muricilândia	5ª	63,90%	33,30%
Nova Olinda	5ª	67.5 %	36.4 %
Palmeirante	5ª	63.8 %	53.8 %
Pau d'Arco	5ª	53.1 %	59.4 %
Pequizeiro	5ª	54.5 %	56.1 %
Piraquê	5ª	93.1 %	10.3 %
Presidente Kennedy	5ª		
Santa Fé do Araguaia	5ª	92.8 %	17.4 %
Fonte: SICAP-AP			

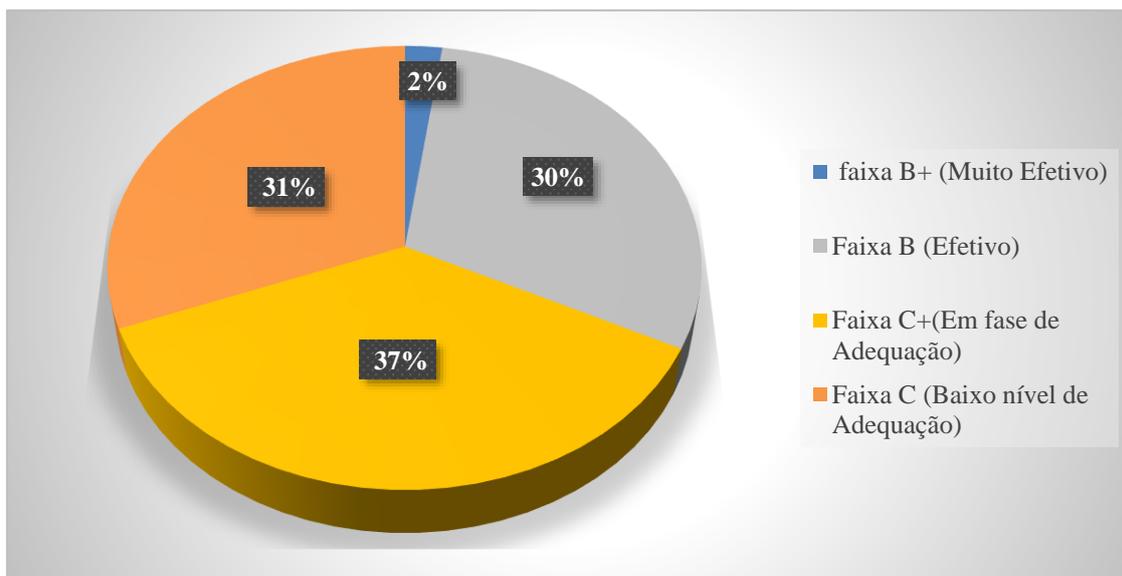
6ª Relatoria

Quadro 28

<b>Município</b>	<b>Relatoria</b>	<b>Professores Efetivos</b>	<b>% de Professores que recebem inferior ao</b>
Aparecida do Rio Negro	6ª	53.3 %	38.3 %
Barrolândia	6ª	90.3 %	68.1 %
Chapada de Areia	6ª	45.8 %	91.7 %
Lajeado	6ª	58.1 %	25.6 %
Miracema do Tocantins	6ª	71.7 %	19.4 %
Monte Santo do Tocantins	6ª	66.7 %	33.3 %
Palmas	6ª	85,80%	3,40%
Paraíso do Tocantins	6ª	56.9 %	54.4 %
Pugmil	6ª	97.4 %	61.5 %
Santa Tereza do Tocantins	6ª		
		Fonte: SICAP-AP	

## 6. RESULTADO DO I-EDUC

Figura12 - Resultado do I-Educ por faixa



Fonte: IEGM/2017

Neste índice, dos 136 municípios respondentes, 68 % estão classificados entre C+ (Em Fase de Adequação) e C (Baixo Nível de Adequação) demonstrando a necessidade de maior atenção dos gestores para com a educação desses municípios.

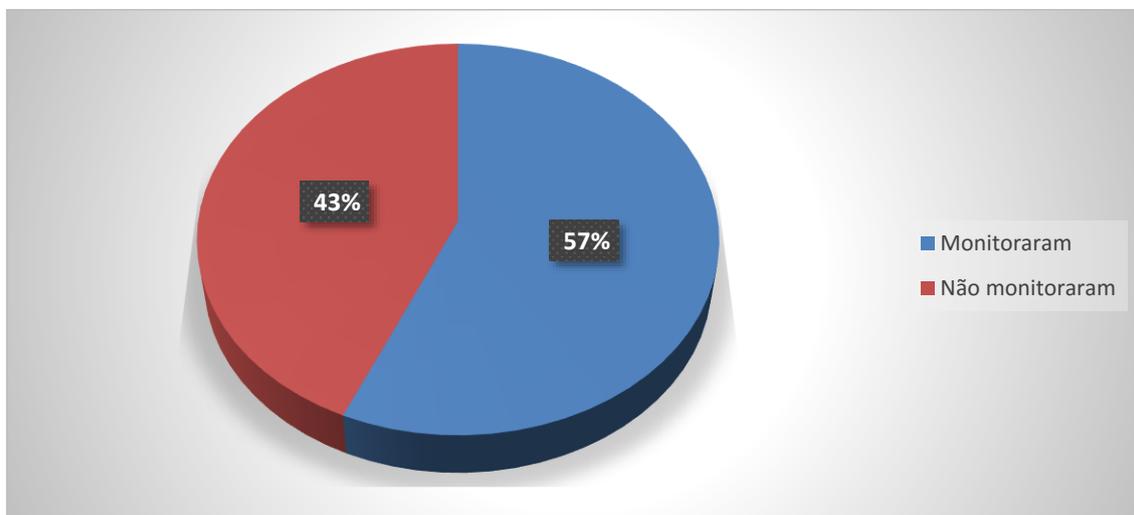
No intuito de verificar se os municípios estão adotando ações que visem contribuir com a melhoria da qualidade do ensino, definiu-se um recorte apenas das questões do questionário I-Educ que mais impactam nesse objetivo, quais sejam: Evasão escolar, infraestrutura adequada/ acessibilidade, transporte escolar, acesso à biblioteca e sala de leitura, valorização dos professores e acompanhamento dos Planos Municipais de Educação.

## 6.1 Evasão Escolar

*Questão 1 - A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?*

Dos 136 municípios respondentes ao I-Educ, 43% declararam que não realizam monitoramento da taxa de abandono das crianças em idade escolar para os anos iniciais e, dos 57% que realizam o monitoramento, 7% não registram a causa deste abandono. Sem essa informação fica difícil estabelecer quaisquer ações que garantam a permanência das crianças na escola e a definição de estratégias para busca ativa dessas crianças.

Figura 13 – Percentual de municípios que monitoraram a taxa de evasão escolar



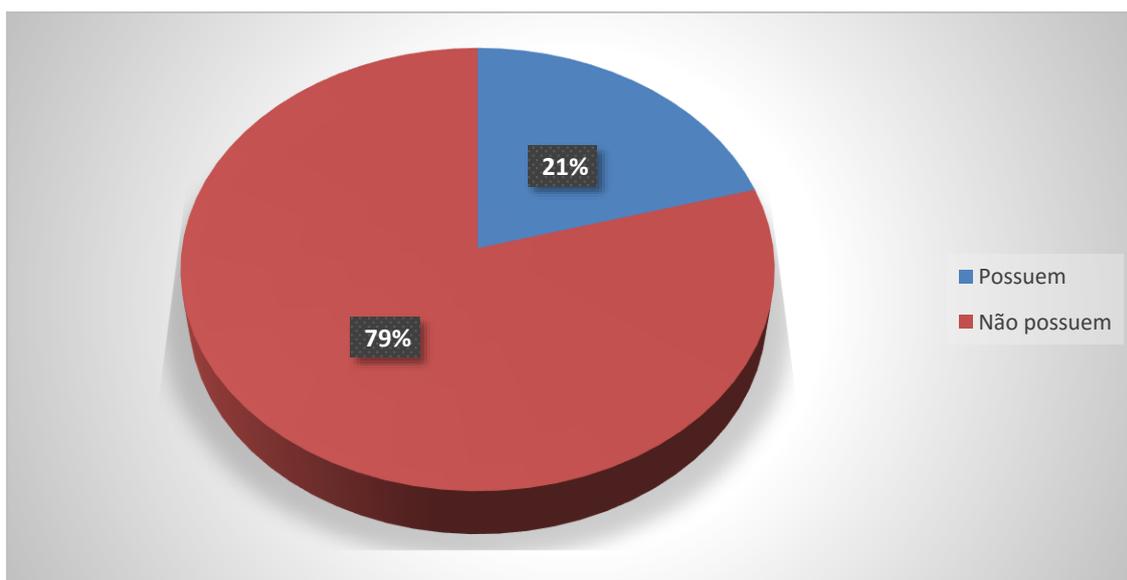
Fonte: IEGM/2017

## 6.2 Infraestrutura adequada/acessibilidade

*Questão 9 - Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?*

Com base nas informações prestadas pelos 136 respondentes, somente 21% das escolas municipais (1º ao 5º ano) dispõem de laboratório ou sala de informática.

Figura 14- Percentual das escolas municipais que possuem laboratório ou sala de informática



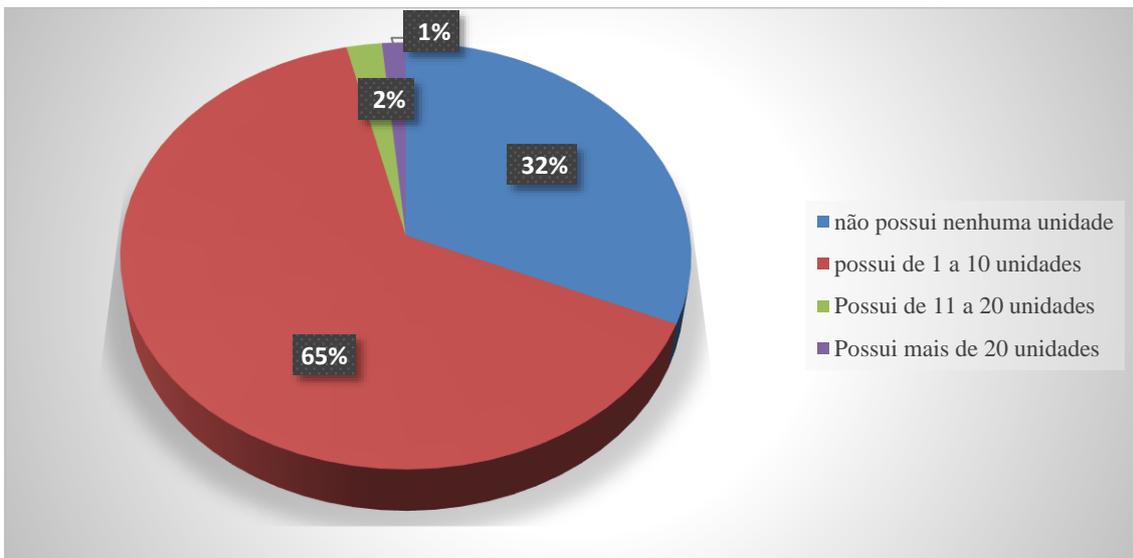
Fonte: IEGM/2017

*Questão 10. Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe:*

- *Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação);*
- *Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m)*

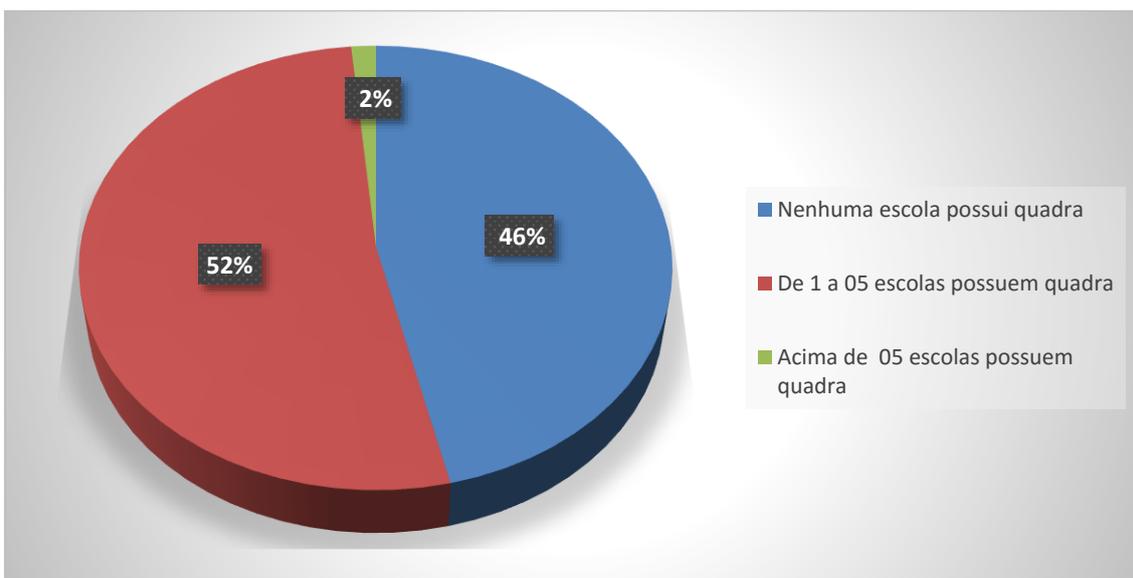
Com base nas respostas dos 136 respondentes, 32% dos municípios tocantinenses não dispõem de escolas adaptadas para atender aos alunos portadores de deficiência ou mobilidade reduzida e 46% não tem quadra esportiva coberta em nenhuma de suas escolas para atividades físicas dos alunos.

Figura 15 – Percentual de municípios que possuem escolas (anos iniciais) adaptadas para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida



Fonte: IEGM/2017

Figura 16- Percentual de escolas municipais com quadra poliesportiva coberta



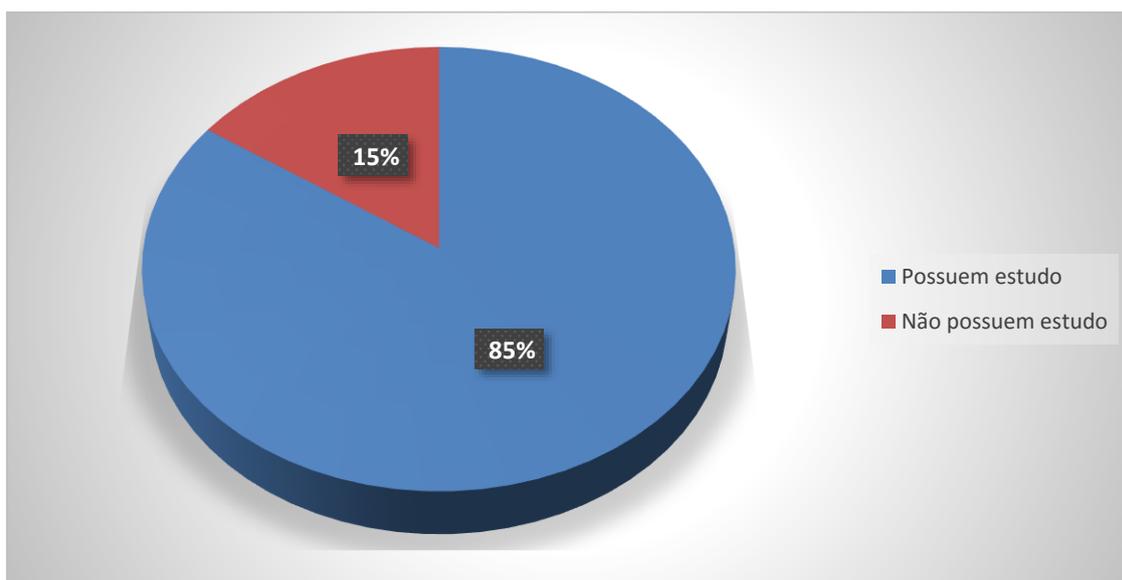
Fonte: IEGM/2017

### 6.3 Transporte Escolar

*Questão 15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?*

Os dados revelam que 15% dos municípios não realizam estudos sobre as rotas do transporte escolar, a ausência deste levantamento impede o município de conhecer sua realidade quanto à demanda de transporte escolar, impactando nas possíveis ações e /ou estratégias que visem a melhoria da qualidade do ensino.

Figura 17 – Percentual de municípios que possuem estudo das rotas do transporte escolar



Fonte: IEGM/2017

### 6.4 Acesso à Biblioteca e Sala de Leitura

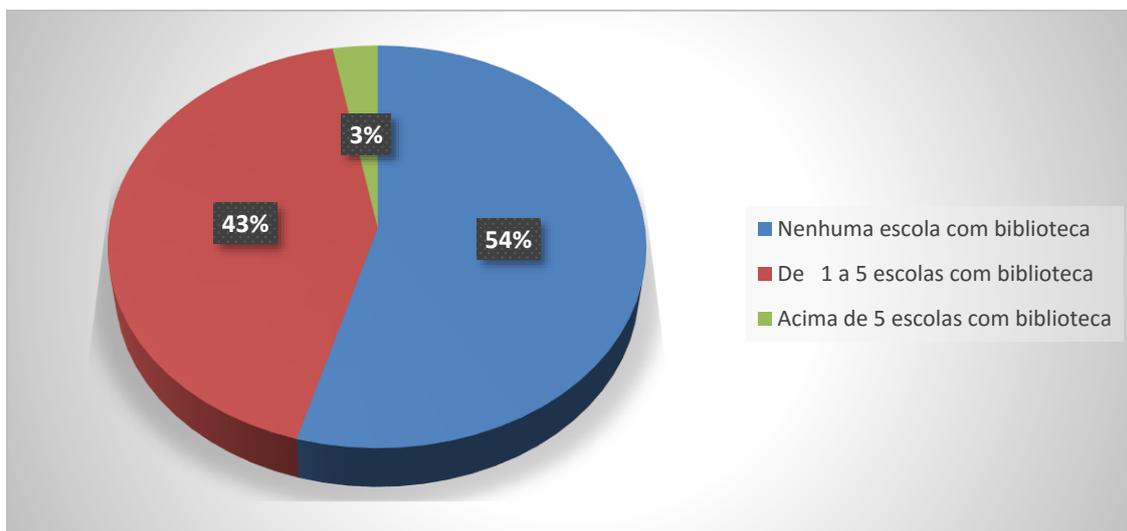
*Questão 36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda:*

*Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas?*

*Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?*

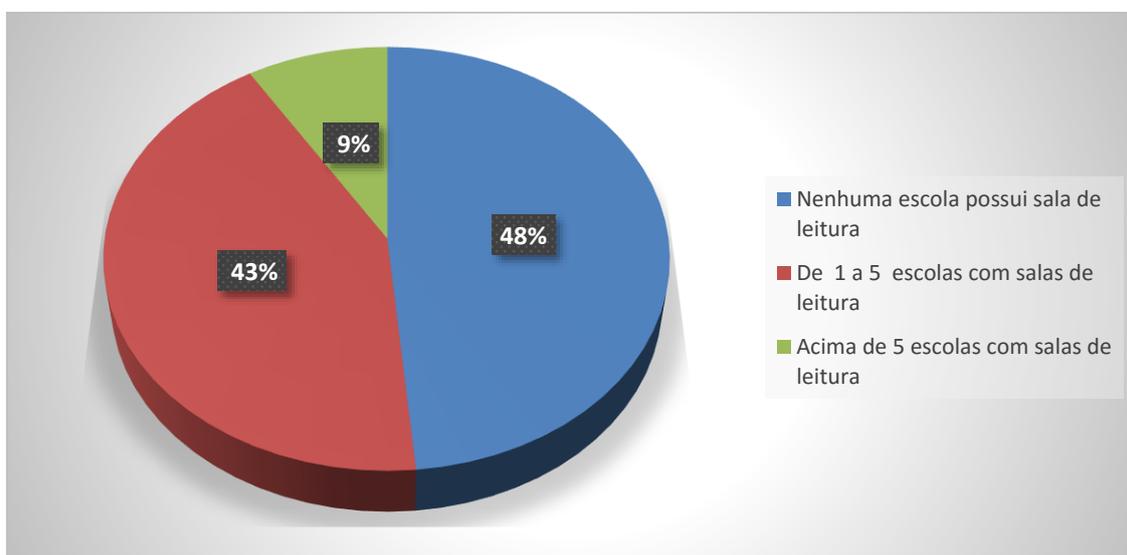
Os dados demonstram que 54% dos 136 municípios respondentes não tem biblioteca em nenhuma de suas escolas e 48% não dispõe de sala de leitura.

Figura 18 - Percentual de escolas municipais que dispõem de biblioteca



Fonte: IEGM/2017

Figura 19 – Percentual de escolas municipais que possuem salas de leitura



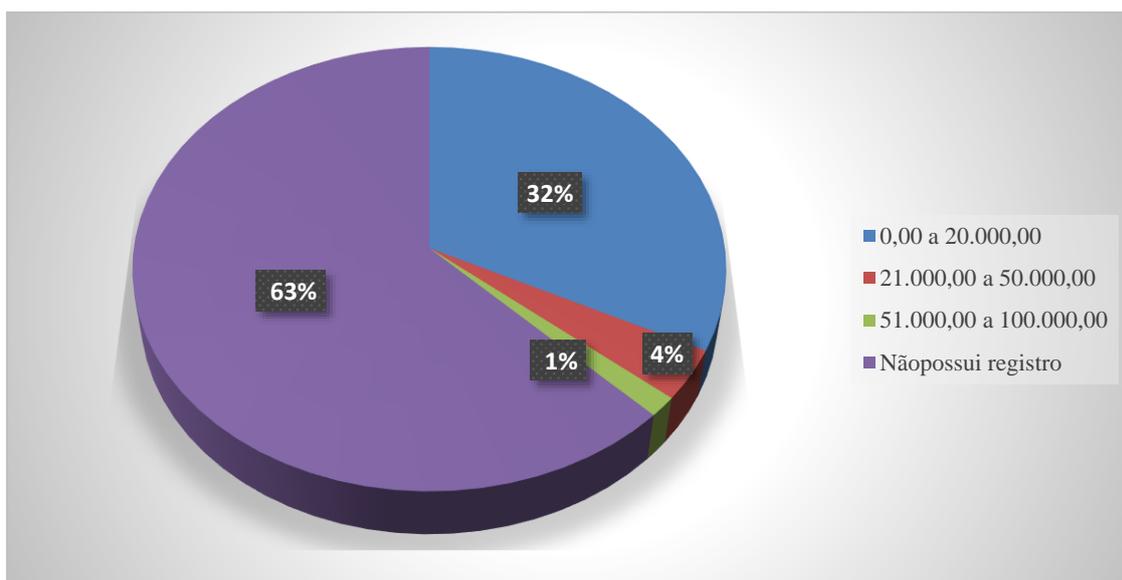
Fonte: IEGM/2017

## 6.5 Valorização dos Professores

*Questão 31.1. No exercício anterior, quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal atuante em creches e em pré-escola?*

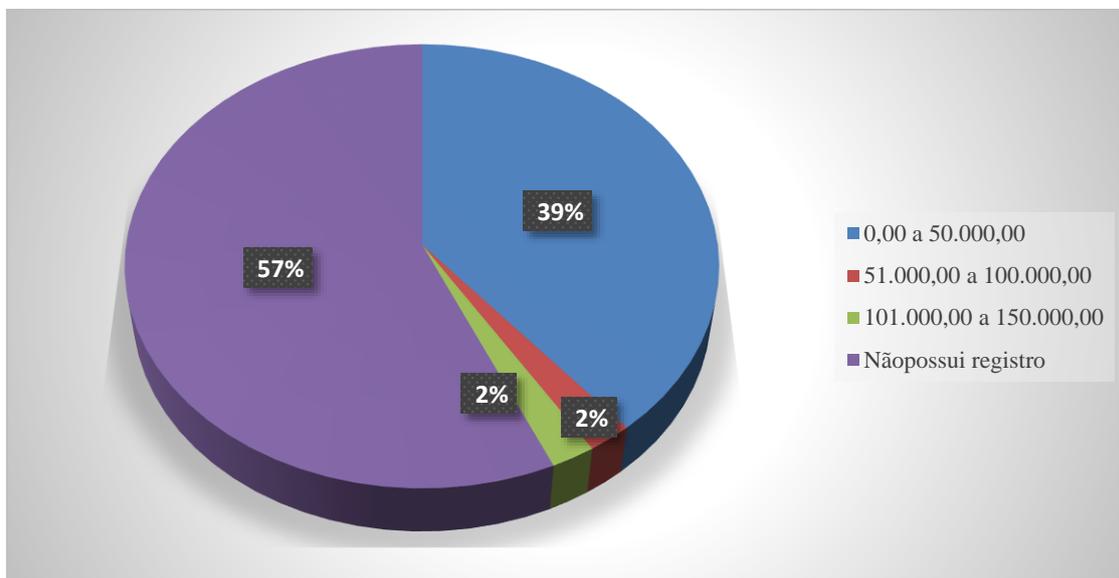
Com base nas informações encaminhadas pelos 136 jurisdicionados que responderam ao I-Educ, 63% e 57% não possuem registro dos recursos municipais aplicados na capacitação dos professores atuantes nas creches e pré-escola, respectivamente.

Figura 20 - Recursos financeiros municipais destinados para capacitação de professores da Creche



Fonte: IEGM/2017

Figura 21 - Recursos financeiros municipais destinados para capacitação de professores da Pré-escola

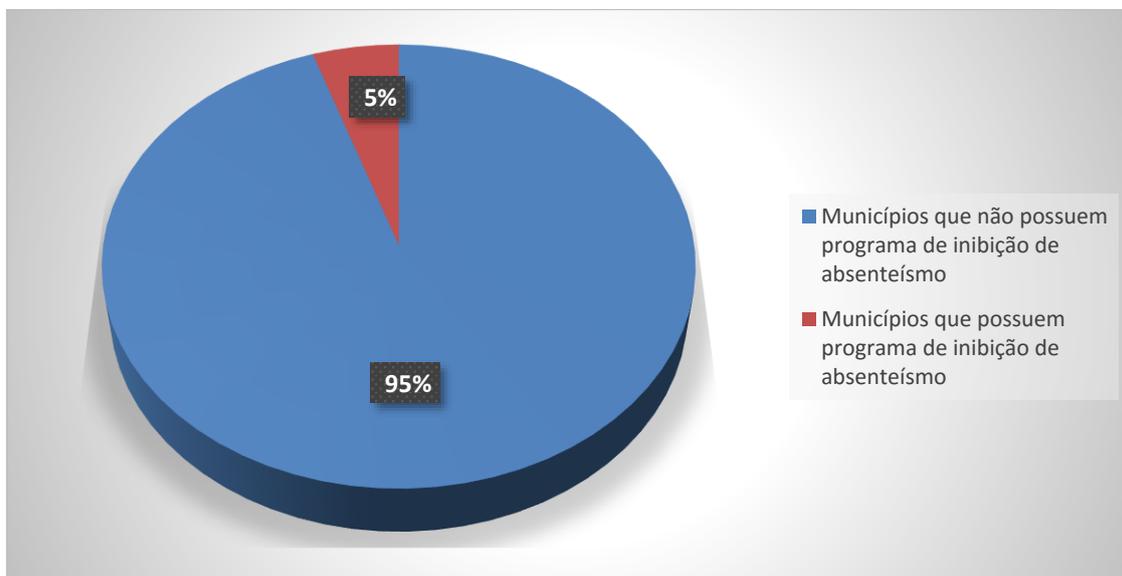


Fonte: IEGM/2017

*Questão 39. Existe um programa de inibição ao absentismo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?*

As respostas dos 136 jurisdicionados revelam que 95% dos municípios não possuem um programa de inibição ao absentismo de professores em sala de aula.

Figura 22 – Percentual de municípios que possuem programa de inibição ao absentismo



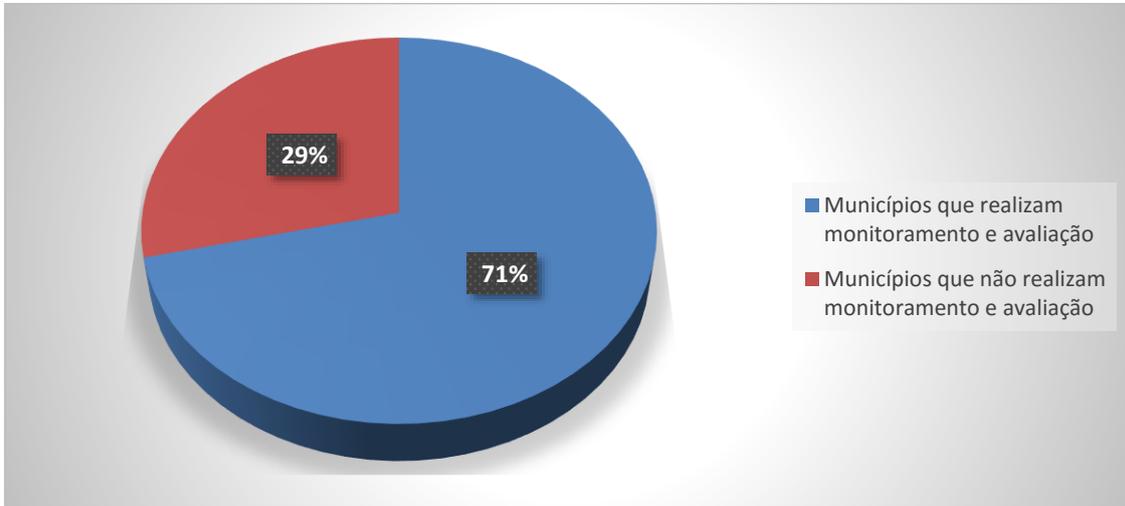
Fonte: IEGM/2017

## 6.6 Monitoramento e avaliação do PME

*Questão 60. O município realiza o monitoramento e avaliação das metas do seu Plano Municipal de Educação?*

Identificou-se que 29% dos 136 municípios respondentes, ainda não realizam monitoramento e avaliação dos seus Planos Municipais de Educação e com base nos monitoramentos enviados por meio do IEGM, percebe-se que os municípios que o realizam, o fazem de forma incipiente.

Figura 23 – Percentual de municípios que realizam monitoramento e avaliação das Metas do PME



Fonte: IEGM/2017

## 7. CONCLUSÃO

Este relatório apresentou o resultado Geral do IEGM-2017 em suas 07 dimensões, dando ênfase nos resultados do I-Educ, uma vez que possui alinhamento com os fundamentos legais do Plano Nacional de Educação- PNE.

Para acompanhamento do PNE realizamos uma análise com maior profundidade as metas 1, 7 e 18. A meta 1 e 18 tanto pela relevância como por já estarem vencidas e com grande risco de descumprimento até mesmo no final do Plano e a meta 7 que é o indicador da qualidade do ensino.

A educação infantil vem ganhando destaque na formulação das políticas públicas de educação visto que os primeiros anos de vida são cruciais para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e sociais da pessoa. A meta 1 do PNE ciente dessa importância, estabelece dois objetivos para a educação infantil: até 2016, universalizar a pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e, até 2024, garantir o atendimento em creches para, pelo menos, 50% das crianças de zero a três anos.

As projeções indicam que a universalização da pré-escola pode ser alcançada em alguns municípios, embora intempestivamente. Já no tocante à ampliação do acesso à creche, os números sinalizam que há possibilidade de a Meta ser descumprida.

Esses fatos apontam para a necessidade de maior esforço dos entes federados em prol da universalização da pré-escola.

A ausência de escolas que ofereçam acessibilidade aos alunos, as deficiências na infraestrutura das escolas, o incipiente monitoramento das taxas de evasão escolar, a ausência de controles na oferta do transporte escolar, e a não valorização dos professores foram evidenciados através das respostas dos gestores às questões do I-Educ. Considerando que estes quesitos são os que mais impactam na qualidade do ensino, temos o resultado do IDEB-2017 no Estado que representa muito bem esta situação, onde 50% dos municípios não alcançaram a meta projetada para a educação básica.

A Meta 18 do PNE possui como objetivo, além da instituição dos planos de carreira para a educação básica e superior públicas, a necessidade de que os planos de carreira para os profissionais da educação básica tenham como referência o piso nacional profissional.

O cumprimento desta meta finalizou em 2016, no entanto, com base nos dados do I-Educ 20% dos municípios que responderam ao questionário declararam não ter plano de carreira para a educação básica, além disso, a maioria dos municípios ainda não pagam o piso salarial nacional, conforme informações constantes do SICA-AP e resultados do I-Educ.

A estratégia 18.1 (Meta 18) visa estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência do PNE (2017), 90%, no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50%, no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Porém a realidade no Estado, segundo levantamento no SICAP-AP, é de que somente em 33 municípios o quadro de professores é composto por 90% ou mais de servidores efetivos.

Sabe-se que a criação dos planos de carreira, o pagamento do piso nacional, a efetivação dos professores, aliada a boas condições de trabalho é um dos passos para tornar a carreira dos docentes valorizada e conseqüentemente mais atrativa aos professores da educação básica.

Diante de toda a situação ora apresentada na Educação Municipal, faz-se necessário maiores esforços por parte dos gestores para garantir acesso a educação de qualidade, com ações de busca ativa das crianças que estão fora da escola, com a melhoria na estrutura física, na valorização do corpo docente, na acessibilidade, na qualidade da merenda, no controle da evasão escolar e no absenteísmo dos professores.

Nesse sentido, o IEGM se apresenta como um instrumento que oportuniza aos gestores identificar procedimentos inadequados que impactam negativamente no alcance de resultado dos programas de governo.

## 8. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

- Incluir no Plano Anual de Auditorias/Fiscalização/2019:
  - *A Validação das respostas do IEGM-2018 durante a realização das auditorias programadas pelas DICE's;*
  - *Emissão de “Alerta”, através da ferramenta TC EDUCA, aos gestores em risco de não atingimento da META 1 do PNE.*
  
- Realizar acompanhamento quanto ao pagamento do piso nacional aos professores da rede municipal de ensino , bem como do percentual de efetivos existentes no quadro de profissionais de magistério, através das informações do SICAP-AP;
  
- Capacitação visando a melhoria da gestão orçamentária e financeira das Secretarias Municipais de Educação (PPA, LDO, LOA, licitações e contratos, fontes de financiamento);
  
- Workshops e seminários visando a solução dos principais entraves para a melhoria dos índices de educação, com a parceria do MP-TO, TCE-TO, profissionais de educação, gestores municipais, instituições acadêmicas e de pesquisa;
  
- Aplicação de multa aos municípios de Axixá, Juarina e Ponte Alta do Bom Jesus, por descumprimento ao disposto no item II da Resolução 221 de 10 de junho de 2016;

Submeter ao Tribunal Pleno para dar conhecimento do resultado da apuração do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM concernente ao exercício base 2017 e posterior retorno a RELT 1 para arquivamento.